

# **RELATÓRIO**

*VERSÃO FINAL SINTÉTICA*

## **ENCONTRO DO MOVIMENTO INDÍGENA E QUESTÃO FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO**

**22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2005.**

Cuiabá

## **REALIZAÇÃO**

Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso - OPRIMT

Associação do Povo Indígena Rikbaktsa - ASIRIK

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Museu Rondon – UFMT

### **Apoio**

Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI

Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Terceiro Grau Indígena - UNEMAT

## SUMÁRIO

REALIZAÇÃO.....	2
Apoio .....	2
APRESENTAÇÃO.....	5
Contextualização da articulação para o Encontro.....	5
HISTÓRICO .....	7
META .....	9
Para o cumprimento da meta:.....	9
METODOLOGIA.....	10
RESULTADOS .....	15
Figura1 – Etnias presentes no Encontro.....	15
Tabela 1-.....	16
Quadro A .....	17
Agenda 2006.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	22
AGRADECIMENTOS .....	23
Referências Bibliográficas .....	23
ANEXO I.....	24
REALIZAÇÃO.....	24
Panorama Nacional .....	24
Questões Fundiárias.....	30
Quadro 1 .....	31
Quadro 2 .....	32
Quadro 3 .....	34
Quadro 4 .....	35
Quadro 5 .....	37
Quadro 6 .....	39
Quadro 7 .....	41
Quadro 8 .....	42
Quadro 9 .....	44
Quadro 10 .....	45
Documento Final Encaminhado ao Ministério Público Federal.....	48
Lista de contatos.....	52

ANEXO II.....	58
ORGANIZAÇÃO.....	58
Comissão de Organização e Apoio .....	58
Carta convite.....	60
Roteiro/ Questionário .....	61
Carta aos convidados .....	63
Relação dos convidados.....	64
Lista dos Responsáveis pelos Contatos .....	65
2ª Carta convite encaminhada aos participantes .....	66
Relação dos Conselheiros e Convidados .....	68
Roteiro para Avaliação do Evento .....	69
ANEXO III.....	70
ENCAMINHAMENTOS .....	70
Carta do Povo Terena .....	70
Carta do Povo Chiquitano .....	70
Carta de Apoio ao povo Guató.....	71
Projeto – Povo Tapirapé.....	72
Carta de Laucino Chiquitano.....	72
Carta do Povo Terena – 2 .....	74
Carta do Povo Bororo – T.I. Tadarimana .....	74
Carta do Povo Yudjá/Parque Indígena do Xingu.....	75
Carta-Denúncia do Povo Karajá.....	76
Carta-Pedido do Povo Tapirapé .....	76

## APRESENTAÇÃO

### Contextualização da articulação para o Encontro

A articulação do Encontro “Movimento Indígena e Questão Fundiária de MT” começou com um diálogo entre Sebastião Moreira (Tião) e Itagiba Santos Filho (assessor técnico do PDPI) na Semana dos Povos Indígenas em abril de 2005<sup>1</sup>. Tendo como ponto de partida a preocupação do CIMI - MT com a situação das terras Indígenas em Mato Grosso que a Assembléia CIMI Regional/MT de 2005, havia decidido pela realização de um encontro com representantes dos povos indígenas e entidades de apoio para tratar sobre a questão de suas terras.

A orientação metodológica do Encontro apontou para a construção conjunta entre as entidades de apoio ao movimento indígena e a organização do próprio movimento indígena, somando-se a esta indicação veio a proposta de Itagiba, de pensar algum tipo de ação de mobilização e articulação do movimento indígena em Mato Grosso. Decidiu-se, então pela realização de um encontro com representantes indígenas para discutir o movimento indígena e a situação de suas terras.

Essa articulação resultou na vinda de Itagiba juntamente com o Gersen Baniwa à Cuiabá para uma reunião de um dia e meio (23 e 24/08/2005) com entidades (CIMI, FORMAD, OPAN, GTME, CBFJ, Museu Rondon e Procuradoria da República em Mato Grosso), apoiadores (Prof. João Dal Poz, Prof. Darci Sechi e Terezinha Furtado) e representantes das organizações do movimento indígena ASIRIK - Associação Indígena do Povo Rikbaktsa (Isidoro Rikbaktsa) e OPRIMT – Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso (Edson Bakairi).

O objetivo foi visualizar a situação indígena do Estado, considerando a situação de terra para saber o que está acontecendo e as organizações trocariam experiências sobre as dificuldades e desafios; pois a questão fundiária envolve

---

<sup>1</sup> A semana dos povos indígenas de abril de 2005 foi realizada nos dias 18 a 20 de abril e contou com uma programação extensa com ciclo de debates, visitação de artesanatos e fotos, contação de história e mitos, pinturas corporais, exibição de filmes, além de várias outras atividades de imprensa e outros espaços. A concentração das atividades foi no Sesc Arsenal de Cuiabá.

outras questões como hidrelétricas, assentamentos, estrada, hidrovias e outras. O Um outro objetivo foi promover um intercâmbio entre os povos.

A partir deste primeiro encontro, as articulações foram se ampliando e com isso aumentou a participação de indígenas e de colaboradores (professores e acadêmicos) mantendo um calendário de reuniões periódicas na preparação deste encontro.

Logo no início fez-se contato com Edson Bakairi, presidente da OPRIMT, para que esta instituição respondesse juridicamente pelo projeto. O que foi acordado prontamente.

Assim, com o consenso sobre as primeiras definições, iniciou-se a articulação com os envolvidos, constituindo comissões de trabalho, definição de data e contatos de pessoas nas áreas para enviar carta as comunidade e articulações necessárias.

## HISTÓRICO

A questão do direito territorial dos índios teve um tratamento legal em nosso país absolutamente original e criativo, com bases filosóficas assentadas na teoria do indigenato, este princípio foi instituído e legitimado pelo Alvará Real de 1º de Abril de 1680, o qual descreve que a terra habitada pelos índios é considerada “a primária, naturalmente e virtualmente reservada” (MENDES, 2002).

O princípio jurídico do indigenato expostos por João Mendes Jr., no século XX: *“o indigenato primariamente estabelecido tem a ‘sedun position’, que constitui o fundamento da posse como direito congênito”*. Ainda este autor, no que diz respeito ao direito do índio a terra diz: *“há um título imediato de domínio; não há, portanto, posse a legitimar, há domínios a reconhecer e direito originário e preliminarmente reservado”* (MENDES JR., 1912 *apud* MENDES 2002).

Este princípio jurídico do direito originário tem inspirado os legisladores brasileiros, desde o Alvará de 1690, na formulação de leis que resguardem os direitos indígenas a terra, sendo que a Constituição Federal de 1988 corrobora com este princípio no artigo 231.

Dentro deste processo histórico, de redemocratização da vida pública brasileira nos anos 1970, envolvendo os segmentos da sociedade civil, assim como as relações inter-étnicas são relações de fortalecimento político, em alguns casos, surgem neste momento no campo do indigenismo novas organizações e entidades com posturas críticas e analíticas da política indigenista brasileira, simultaneamente à luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas a terra, constitui-se de fato um processo político de afirmação dos direitos étnicos.

Neste contexto, em 19 de abril de 1974 o Movimento Indígena no Mato Grosso, articula a primeira Assembléia de Chefes Indígenas de Mato Grosso, na cidade de Diamantino; discutindo questões sobre a garantia dos direitos indígenas, mediante a situação a eles imposta, pelos projetos de colonização e desenvolvimento do governo naquele período e as ameaças do mesmo, em seus modelos de vida na perspectiva das relações entre sociedades culturalmente diferenciadas.

Após três décadas, observa-se XXX avanços e retrocessos no processo de atuação e articulação do movimento indígena em Mato Grosso, junto aos gestores públicos para efetivação dos direitos adquiridos pelos índios, por meio de políticas públicas que contemplem as necessidades, realidades e desejos das etnias, pois as demandas de hoje, são ainda pautadas nas questões discutidas na década de 1970; tais como: regularização fundiária de suas terras e seus territórios tradicionais, conflitos oriundos das diferenças de valores culturais entre sociedades indígenas e não indígenas no tocante do modelo econômico atual.

A conjuntura política e econômica atual contribui com ameaças constantes a integridade física, biológica e cultural das 38 etnias reconhecidas no estado; além da tensão e dos conflitos causados pela relação de ameaças de extinção ou de etnosídio de seis povos isolados, ainda existentes em Mato Grosso, evidenciando a morosidade do poder público em relação às questões indígenas e seus direitos originários e adquiridos.

Depois da Semana dos Povos Indígenas de 2005, evidenciou-se a necessidade de reforçarmos a articulação do movimento indígena, para enfrentarmos os grandes desafios encontrados com o avanço das frentes de expansão sobre os Territórios Indígenas de Mato Grosso.

A situação a que estão expostas as populações indígenas de Mato Grosso, é avassaladora. Grandes empreendimentos públicos e privados da região colaboram para o desenvolvimento econômico, aumentos das exportações e do PIB, a qualquer custo sócio-ambiental. Em muitos casos a opressão ou até mesma dizimação cultural e física de povos, é encarada como uma fatalidade do progresso, onde a expansão agrícola, desflorestamento, grilagem de terra indígena, garimpos ilegais. A ausência de GT de demarcação das TI, os processos parados junto a FUNAI e ao Ministério da Justiça, colaboram para o extermínio da diversidade cultural no estado.

Portanto, os fatos acima descritos por si só justificam a necessidade de providências, no sentido da garantia e promoção dos direitos constitucionais dos indígenas, evidenciando a urgência de discutir o Movimento Indígena de Mato Grosso. Convém ressaltar que se trata de um encontro que pretende afinar o debate sobre o atual contexto da questão fundiária no Estado de Mato Grosso, socializando as experiências na manutenção dos preceitos Constitucionais, através da participação de indígenas de várias etnias, com o intuito de subsidiar

através das questões, demandas levantadas e discutidas no encontro, dados para a elaboração de documentos temáticos para serem encaminhados aos órgãos pertinentes à questão.

## **META**

Articular o Movimento Indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais.

### **Para o cumprimento da meta:**

- Organizar um evento sobre a temática do movimento indígena de Mato Grosso
- Identificar as etnias participantes e colaboradores do evento
- Contextualizar o movimento indígena em nível nacional, regional e local
- Articular o movimento indígena na conjuntura atual
- Descrever a situação das Terras Indígenas de Mato Grosso
- Estabelecer pautas a serem discutidas e trabalhadas durante o evento
- Propor uma agenda para 2006
- Elaborar um documento temático para o Ministério Público Federal

## **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

### ***METODOLOGIA***

O processo de planejamento e organização do evento, para articular o Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso realizado de 22 a 25 de novembro de 2005, na Casa de Formação do CIMI em Chapada dos Guimarães, MT, incluiu reuniões que objetivavam o aprofundamento teórico e as providências práticas no período de agosto a novembro de 2005. Estas reuniões foram pautadas pelas necessidades levantadas entre os participantes, colaboradores e articuladores do movimento indígena de Mato Grosso, para socializar as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais.

No decorrer das reuniões as necessidades de articulação, para discussão, elaboração e organização do evento, foram evidenciando a importância de estabelecer atribuições e funções, assim instituíram-se as comissões para a realização do evento, a saber: organização, mobilização, articulação; transporte, administração dos recursos financeiros e prestação de contas; logística e infra-estrutura; programação e metodologia; coordenação de trabalhos; secretaria, documentação; comissão de imprensa; recepção e relatoria (Anexo II).

Foi enviada uma carta convite para as aldeias de 36 (trinta e seis) etnias, englobando um questionário semi-estruturado, com um roteiro de levantamento de dados, a ser discutido nas próprias comunidades para que os representantes indígenas trouxessem informações para o evento. Dados sobre a situação real de suas terras, dos projetos públicos e privados que atingem atualmente seus Territórios e/ou entorno. A carta enviada as aldeias e as fichas de inscrição foram utilizadas também para dimensionar a quantidade e a origem dos participantes do evento (Anexo II).

Para a articulação in loco, nas comunidades indígenas, foram necessários outros contatos e ampliação das articulações com pessoas que a comissão organizadora dispunha no momento, entre elas indígenas, indigenistas e outras pessoas de apoio.

Os trabalhos desenvolvidos durante o encontro nos dias 22 a 25 de novembro de 2005 transcorreram conforme programação proposta pela equipe da Comissão de Organização e Apoio, e acatadas algumas alterações e sugestões dos participantes.

Antecedendo os trabalhos dos dias 22 a 25, lembramos à realização e articulação junto com a equipe de organização da reunião do Conselho de Educação Indígena de MT, que ao considerar a junção das datas, viabilizou um maior número de participantes no encontro. A reunião do Conselho iniciou dia 18/11 onde foi realizada a acolhida dos conselheiros, na Casa de Formação do CIMI, em Chapada dos Guimarães. No dia 19/11/05 as 8:00 horas iniciaram as atividades do Conselho de Educação Escolar Indígena: a) Apresentação da pauta, inclusão de temas sugeridos pelos participantes e b) Debates e encaminhamento sobre as demandas apresentadas.

No dia 20 deu-se continuidade aos trabalhos de debate e dia 21 ocorreu a discussão sobre a criação de um Instituto Indígena de Pesquisa em Mato Grosso.

Ainda no dia 21 deu-se a recepção dos demais participantes do *Encontro sobre Movimento Indígena e Questões Fundiárias* (no mesmo local). Por ocasião da inscrição dos participantes deu-se a verificação de quem trouxe os dados solicitados na carta convite.

No período da manhã do dia 22 (08:30h), Edson Bakairi, coordenador da OPRIMT fez a abertura do Encontro dando início aos trabalhos. Na seqüência, Paulinho Rikbaktsa falou sobre a situação dos povos indígenas de MT e Estevão Bororo falou sobre o Movimento Indígena de Mato Grosso. Neste momento tivemos a apresentação dos participantes por etnia e apresentação das comissões de trabalho/ apoio e debate aberto em plenária.

Neste mesmo dia, houve uma plenária para discussão da situação atual, avanços e retrocessos do movimento indígena, bem como articulação e discussão sobre a possibilidade de criação do Fórum das Organizações Indígenas de Mato Grosso. É importante salientar que nesta discussão, os não índios não participaram, a pedido dos próprios índios.

No dia 23 houve a fala de Gersen Baniwa que fez uma contextualização Geral, um panorama nacional sobre Movimentos Indígenas e Conjuntura Fundiária a nível Nacional (Anexo I).

Na seqüência foram também ministradas palestras sobre a contextualização do Movimento Indígena de Mato Grosso por Chiquinha Paresi e sobre Conjuntura Fundiária a Nível Estadual, por Paulinho Rikbaktsa, debatendo e analisando as seguintes questões: Qual o objetivo do encontro financiado pelo PDPI; O que afetou a caminhada do movimento indígena em Mato Grosso; Quais as conquistas do movimento indígena no passado; Como está a articulação na base atualmente.

Ao término das palestras, em plenária os participantes no evento falaram sobre o Fórum das Organizações Indígenas de Mato Grosso, da criação e estruturação do Instituto Indígena de Estudos e Pesquisas do Estado de Mato Grosso – MAIWU e como o movimento dos povos indígenas pode ser melhor organizado e melhor articulado no futuro.

Entre a tarde do dia 23 e a manhã do dia 24, cada etnia fez a sua exposição sobre a situação das Terras Indígenas. Tais exposições foram realizadas com auxílio de recursos didáticos (fotos, vídeos, mapas, documentos) trazidos das aldeias. Estas informações foram elaboradas, conforme o roteiro da carta convite enviada anteriormente (Anexo II).

Para facilitar a metodologia de trabalho, as apresentações das produções trazidas das aldeias, foram divididas por região geográfica:

- Região de Brasnorte - Enawene Nawe, Myky, Irantxe;
- Região de Aripuanã – Arara, Zoró e Terena;
- Região de Juína/ Aipuanã – Rikbaktsa e Cinta Larga;
- Região do Araguaia – Tapirapé, Karajá e Xavante;
- Região de Comodoro – Chiquitano e Nambikwara;
- Região do Xingu – Yudja/Juruna e Mebengokrê/kaiapó;
- Região de Tangará da Serra e Nobres – Bakairi e Paresi;
- Região de Rondonópolis e B.Bugres – Bororo, Umutina e Guató;
- Região de Juara - Kayabi, Munduruku, Apiaká.

Após cada explanação, foi aberto um debate para identificação das questões relevantes no contexto do tema abordado por cada etnia, para encaminhamentos posteriores das demandas levantadas.

Os dados levantados durante as explicações e o debate foram sistematizados, com apoio das equipes de apoio, através de gravação em fita

cassete das falas, filmagens para posterior elaboração de um vídeo/DVD, relatório e fotografias do evento. Os dados tabulados foram utilizados para elaborar tarjas com cores diferentes, conforme o tema abordado. Em um segundo momento foi montado um painel com as tarjas, com o intuito de visualizar a situação exposta.

Na seqüência a coordenação dos trabalhos, expôs a situação visualizada no painel para ser avaliada e discutida pelos participantes. Posteriormente foi realizada uma análise e discussão da situação explanada pelos mesmos, neste mesmo momento foram realizadas algumas explicações sobre as dúvidas surgidas no decorrer dos trabalhos.

Na tarde do dia 24, antes de iniciarem as atividades dos grupos a coordenação dos trabalhos apresentou aos participantes o resultado das atividades expostas até o momento num painel com tarjetas coloridas.

Para o encaminhamento dos grupos de trabalho foram recapituladas as explicações da metodologia utilizada, para sanar dúvidas. Consecutivamente os grupos estabelecidos por afinidade ou interesse das etnias participantes, começaram a realizar as atividades estabelecidas conforme os eixos temáticos por eles elencados, a saber:

- Levantar as questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias;
- Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros;
- Quais as datas previstas para as ações.

Os materiais de apoio utilizados na metodologia dos grupos de trabalho foram: Painel com a situação atual do contexto indígena no estado, discutido e elaborado durante o evento; mapas das terras indígenas de Mato Grosso, quadro da situação fundiária das terras indígenas de Mato Grosso (FDDI e FUNAI) e textos de apoio sobre a temática disponibilizada pela comissão de metodologia.

Posteriormente, dia 25 houve a apresentação dos trabalhos de grupo do dia anterior. Os resultados foram expostos na assembléia pelo relator escolhido por cada grupo, para os devidos encaminhamentos já em planejamento e elaboração da Agenda 2006 (Quadro A).

Os resultados obtidos no decorrer do evento foram discutidos e analisados em plenária pelos participantes, com o intuito de subsidiar a elaboração de um documento a ser enviado ao Ministério Público Federal, contendo: Sugestões das terras a serem

reconquistadas, As denúncias de invasões nas Terras Indígenas, Tensões e conflitos externos e Denúncias sobre explorações ilegais de recursos naturais em TI por não índios.

Assim os dados referentes a este momento, foram sistematizados após a conclusão dos trabalhos e elaborado um documento que foi enviado ao Ministério Público Federal (Anexo I). O documento foi lido para os participantes, avaliado em plenária e adequado conforme as sugestões das etnias participantes.

Após o término das atividades, foi realizada uma avaliação pelos participantes e organizadores do evento (Anexo I), com o intuito de colaborar com sugestões e críticas, para a melhoria da proposta de um segundo evento sobre o tema abordado.

Os participantes sugeriram direcionamentos pertinentes à realidade e as necessidades dos povos envolvidos no movimento indígena de Mato Grosso, para que as atividades do ano de 2006, possam reafirmar a luta pela garantia de condições dignas de existência e integridade cultural; socializar as experiências na garantia e fortalecimento da promoção e manutenção dos preceitos constitucionais; ponto e vírgula iniciar um processo de expansão da visibilidade e do protagonismo indígena, através da entrega oficial do documento às autoridades em um ato público, contribuindo para fortalecimento dos elos de respeito entre as sociedades de Mato Grosso.

Na seqüência foram dados os informes gerais, leitura do documento final e entrega à antropóloga Jacira do Misnitério Público Federal; e encerramento.

Importante lembrar que no período noturno, durante o evento, houve exposição de vídeos (documentários e outros) e músicas dos povos indígenas.

## RESULTADOS

Durante o evento, realizado na casa de formação do CIMI, Chapada dos Guimarães entre os dias 22 a 25 de novembro de 2005, das 36 (trinta e seis) etnias do Estado de Mato Grosso convidadas, estiveram presentes 23 (vinte e três) etnias com 61 (sessenta e um) representantes (figura-1). Os demais participantes, tais como colaboradores e instituições de apoio, OPRIMT, ASSIRIK FORMAD, CIMI, OPAN, FUNAI, PDPI, UFMT, Museu Rondon - UFMT, Terceiro Grau Indígena - UNEMAT, Ministério Público Federal - MPF, contribuíram para totalizar 94 (noventa e quatro) pessoas no evento (Anexo I).

**Figura1 – Etnias presentes no Encontro**

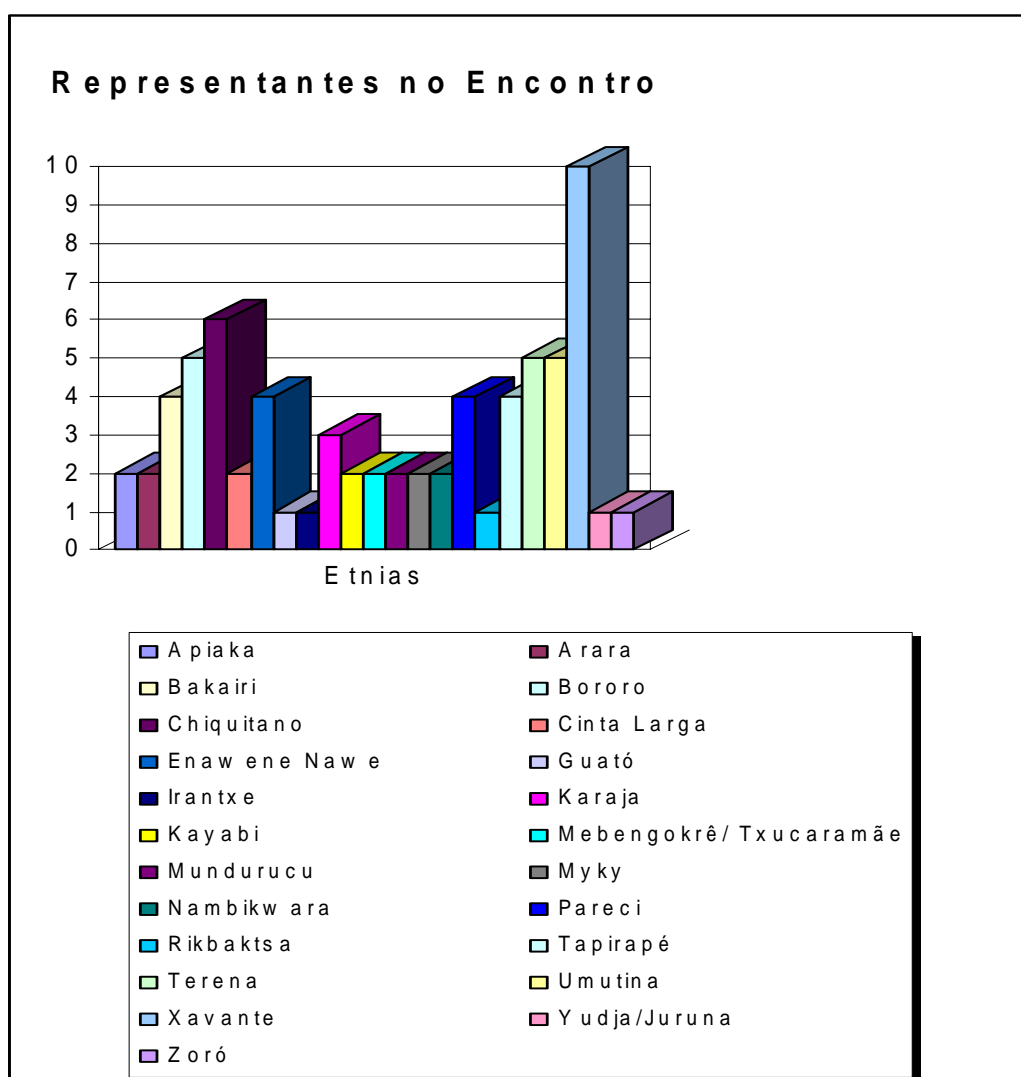


Figura1 - Representantes das etnias participantes do Movimento Indígena de Mato Grosso e socialização dos direitos constitucionais.

O resultado das cartas convite enviadas as aldeias e articulação in loco, demonstrou ser eficaz, pois das 36 etnias convidadas, 23 etnias fizeram-se presente no evento. No entanto o questionário semi-estruturado enviado anexo, não contemplou a expectativa metodológica, pois somente 10 etnias (Tabela 1) retornaram ao evento com os resultados referentes ao roteiro / questionário (Anexo II).

**Tabela 1-** Etnias participantes do evento com o questionário respondido.

<b>Etnia</b>	<b>Cidade/Região</b>
Zoró	Rondolândia
Munduruku	Juara
Cinta Larga	Aripuanã
Arara	Aripuanã
Bororo	Rondonópolis
Nambikwara	Região de Tangara da Serra
Kayabi	Juara
Xavante	Canarana
Guató	Barão de Melgaço
Tapirapé/Carajá	Confresa

## Quadro A

### Agenda 2006

Resultados dos eixos temáticos desenvolvidos pelos grupos de trabalho durante a realização do encontro para Articular o Movimento Indígena e a Questão Fundiária em Mato Grosso e elaboração da Agenda 2006.

<b>Etnias participantes nos grupos de trabalho</b>	<b>Questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias</b>	<b>Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros</b>	<b>Quais as datas previstas para as ações</b>
<b>Pareci; Bororo, Guató; Irantxe, Myky, Kayabi</b>	Criação de uma comissão indígena em sentido de urgência para tratar junto a FUNAI/Brasília e também no Ministério da Justiça, o andamento das questões políticas em relação às demarcações das TIs no estado de MT.  Agilidade no registro das TIs demarcadas e homologadas.	Alianças com todas as etnias do estado de MT, e assim fortalecer o movimento no estado.  Por outro lado, propomos a criação de um grupo de trabalho indígena para discutir a criação de uma unidade organizacional que possa tratar as questões políticas indígena em MT.	Encontro com todas as lideranças indígenas do estado de MT, FUNAI, Ministério Público, ONG.  Mobilizar as lideranças indígenas de MT para uma audiência com o governador do estado

Etnias participantes nos grupos de trabalho	Questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias	Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros	Quais as datas previstas para as ações
<p><b>Nambikwara,</b> <b>Chiquitano,</b> <b>Karajá,</b> <b>Kayabi</b></p>	<p>Identificação de TI; Demarcação de TI; Recuperação da fauna e flora em algumas áreas indígenas; Parcerias com ONG, quando de fato traz uma longa experiência com as causas indígenas e aquelas que estão verdadeiramente comprometidas. Apoio de organizações indígenas, como também da própria FUNAI. Agilidade no registro das TIs demarcadas e homologadas.</p>	<p>FUNAI: Na fiscalização nas áreas indígenas e na homologação; Principalmente construção de sociedades sustentáveis. IBAMA: Fiscalizar as áreas e os impactos ambientais e o entorno do território. SEDUC: Na construção de escolas nas aldeias e na qualificação de professores.</p>	<p>Em todos os encontros reunir de 4 a 6 pessoas por aldeia. A administração da FUNAI, coordenação da FUNASA tem que participar de todos os encontros indígenas.</p>

Etnias participantes nos grupos de trabalho	Questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias	Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros	Quais as datas previstas para as ações
<p><b>Terena;</b> <b>Apiaká;</b> <b>Umutina</b> <b>Tapirapé</b></p>	<p>Marcar uma audiência com o Deputado Carlos Abicallil sobre a luz para todos; Participação das comunidades indígenas nas tomadas de decisão da ADR/Cuiabá; Criação de projetos alternativos; Os outros setores da FUNAI, desenvolver projetos nas comunidades indígenas; Criar e capacitar grupos indígenas para a vigilância das TIs de MT. Na demarcação de terra ter a parceria de outras comunidades indígenas. Agilidade no registro das TIs demarcadas.</p>	<p>FUNAI, ONG, OPAN, CIMI, PDPI, SEMA, OPRIMT, MAIWU, Prefeituras, Casa Civil, Assembléia Legislativa, MMA, UNEMAT, Ministério da Justiça.</p>	<p>Articulação para a participação dos povos indígenas no abril indígena em Brasília Semana dos povos indígenas em Cuiabá Encontro das mulheres em 2006, na aldeia Umutina.</p>

Etnias participantes nos grupos de trabalho	Questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias	Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros	Quais as datas previstas para as ações
<p><b>Enawene Nawe</b></p> <p><b>Yudja</b></p> <p><b>Kaiapó</b></p> <p><b>Rikbaktsa</b></p> <p><b>Arara</b></p>	<p>Demarcação dos territórios tradicionais</p> <p>Articulação para criação urgente de GT, para identificação de TI,</p> <p>Apoio na vigilância e fiscalização</p> <p>Agilidade no registro das TIs demarcadas.</p>	<p>FUNAI, UNEMAT, ONG, OPAN, CIMI, PDPI, FORMAD, MUSEU RONDON, ABA, MPF,</p>	<p>Audiência pública para discutir PCH na área de influência da TI</p>

Etnias participantes nos grupos de trabalho	Questões a serem desenvolvidas em conjunto com outras etnias	Com quem faremos alianças e quem são nossos parceiros	Quais as datas previstas para as ações
<p style="text-align: center;"><b>Xavante</b> <b>Bakairi,</b> <b>Cinta Larga,</b> <b>Munduruku,</b> <b>Zoró</b></p>	<p>Articulação para criação urgente de GT, para identificação de TI, Apoio na vigilância e fiscalização Agilidade no registro das TIs demarcadas.</p>	<p>IBAMA: Fiscalizar as áreas da TI, e os impactos ambientais e no entorno do território OPAN, CIMI, PDPI, FORMAD, MUSEU RONDON, ABA, MPF. Apoio aos projetos comunitários.</p>	<p>Promover o segundo encontro do movimento indígena de Mato Grosso para o primeiro semestre Audiência pública para discussão dos problemas de conflitos oriundo dos recursos naturais (madeira, garimpo, fazendas e pesca e caça.). Queremos participar da COP8, Conferencia Internacional sobre a biodiversidade. Amazônia legal brasileira, que só está conservada por que esta nas mãos dos índios.</p>

Fonte: Encontro do Movimento Indígena do Mato, novembro de 2005.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os relatos acima descritos evidenciam a urgência na tomada de decisão por parte dos gestores públicos, no tocante às questões que envolvem a situação fundiária indígena do estado de Mato Grosso, demonstrando a falta de vontade política para a garantia e a proteção dos territórios indígenas.

A ausência total de providências referentes aos grupos de trabalho (GTs) pelo órgão competente, para demarcações, homologações e registros dos territórios, ameaçam a integridade, dos ecossistemas e dos recursos naturais neles existentes, essenciais para a garantia da diversidade sócio-cultural de Mato Grosso.

A falta de cumprimento dos direitos dos povos indígenas, adquiridos ao longo da história e legitimados na Constituição Federal Brasileira de 1988, colaboram para verdadeiros etnocídios destes povos indígenas de Mato Grosso. As discriminações, invasões, fome, doenças e extermínio tornam-se fato na atualidade, expostos pela mídia aos cidadãos e aceitos pela sociedade, como uma fatalidade do progresso no mundo globalizado, em um desatino e desrespeito corriqueiro aos povos indígenas.

Diante do exposto, evidencia-se a urgência de fomentar cada vez mais a articulação do movimento indígena para o fortalecimento do protagonismo indígena e das relações de respeito entre as diferentes modelos de sociedades que constituem o estado de Mato Grosso.

## AGRADECIMENTOS

As etnias participantes do evento: Apiaká, Arara, Bakairi, Bororo, Chiquitano, Cinta larga, Enawene Nawe, Guató, Irantxe, Yudja/Juruna, Kaiabi, Kaiapó/Mebengokre, Karajá, Munduruku, Myky, Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Tapirapé, Terena, Umutina, Xavante e Zoró e seus representantes. Ao Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI e Fundação Nacional do Índio – FUNAI, pelo fomento para realização do evento.

A todos as instituições que apoiaram o evento OPRIMT, ASIRIK, CIMI, OPAN, Museu Rondon-UFMT, FORMAD, Terceiro Grau Indígena – UNEMAT, Ministério Público Federal e FUNAI.

Um agradecimento especial à comissão organizadora e apoio do evento, que segue detalhadamente as equipes e atribuições de toda a Comissão (Anexo II).

Para a organização e realização do evento foram utilizados recursos financeiros advindos de instituição de fomento, neste caso do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) e Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O Encontro também contou com apoio do Terceiro Grau Indígena – UNEMAT com a aproximação das datas (reunião do Conselho Professores Indígenas) para os dias que antecederam o Encontro. Este apoio favoreceu a presença de representantes indígenas de algumas etnias, bem como a hospedagem dos mesmos.

### Referências Bibliográficas

Neves, L J O, 1999. **Jurisdição de demarcação das terras indígenas no Brasil**. Revista crítica de ciências Sociais, n °55.

Gramkow, M M, 2002; **Demarcando terras indígenas II**, FUNAI/PPTAL/GTZ.

# ANEXO I

## REALIZAÇÃO

### Panorama Nacional

No dia 23, Gersen Baniwa (COIAB) proferiu uma palestra dimensionando e contextualizou a atual situação dos movimentos indígenas e conjuntura fundiária em nível nacional; contemplando assuntos da colonização do Brasil à realidade da gestão territorial nas terras indígenas na atualidade e o papel do Estado. Segue a fala na íntegra:

*Os problemas relacionados com a questão de terra no Brasil começaram desde que o primeiro branco pisou nessas terras, hoje conhecida por Brasil. Desde aquela data a grande missão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, foi de tomar posse das terras indígenas. Eles não vieram aqui para civilizar ou para desenvolver os índios, mas para tomar as terras. Este foi o objetivo principal. E nesses quinhentos e cinco anos da chegada dos portugueses - o povo branco que veio da Europa – transformou a questão das terras indígenas numa grande confusão. Por isso é ilusão pensar que um dia os conflitos por terras vão deixar de existir.*

*Com relação às Terras Indígenas, o projeto político declarado pelos brancos e implementado atualmente pelo Estado ou pelos grupos políticos que controlam o Estado Brasileiro, é nada mais que a posse das terras. Isso quer dizer que esse interesse pelas Terras Indígenas (TIs) começou desde que Pedro Álvaro Cabral chegou ao Brasil. E estamos vivendo até hoje, quinhentos e cinco anos depois. Isso tem que ficar muito claro em nossa cabeça.*

*Este projeto político de posse das terras conquistadas é uma coisa histórica da sociedade européia que tem como elemento principal para a vida, a terra, mas não com a mesma maneira que os índios consideram terra. Para os índios, a terra é necessária para viver e sobreviver, tirar o seu sustento, seu alimento. Para os brancos, terra significa dinheiro e não comida. É por isso que embora o Brasil seja um País extenso e um dos maiores produtores de alimentos, possui milhões e milhões de pessoas passando fome e, sem casa pra morar.*

*Quando vocês vão ao centro de Cuiabá, ou a outras grandes cidades e encontram muitos mendigos e se perguntam: o que este povo está fazendo aqui? É*

*por causa da falta de terra. Não é falta. É porque poucos ricos têm muitas terras e muitos não têm nenhum pedaço. Não importa se tem um fazendeiro que tem milhões e milhões de quilômetros quadrados ou de hectares de terras e milhares e milhares de pessoas simples sem um pedaço de chão para esticar sua rede ou colocar sua cama para dormir. Isso não interessa, por que para os brancos, o que interessa é ganhar dinheiro. Os índios não, o que interessa é ter a terra para viver, caçar, pescar. Isso é importante saber, porque são coisas completamente contrárias, às vezes, a gente não se dá conta disto. Para o branco, terra é para dar dinheiro ao dono dela, para o índio não, terra é para dar condição de viver, e viver bem, esse é o objetivo das comunidades indígenas.*

*Pensando a política fundiária do País na questão das Terras Indígenas, percebemos que na base de muita luta e de muita organização dos povos indígenas, nós tivemos consideráveis avanços na questão territorial. Essa luta foi acompanhada de muita tensão, mas também de construção de muitas alianças e parcerias. Tivemos sim, avanços consideráveis que precisam ser mencionados pra pensar o futuro das nossas comunidades e o futuro dos nossos povos. Acho que alguns números podem ajudar a exemplificar esses avanços que tivemos.*

*Vocês sabem que hoje em todo território nacional são 11% (onze) de Terras Indígena, É uma quantidade considerável de terras, mas não é suficiente para os povos indígenas, porque a Constituição Federal diz que aos povos indígenas deverão ser garantidas terras suficientes para sua reprodução física e cultural e não para morar como os brancos.*

*Muitas vezes, o branco só tem quatro metros quadrados para fazer a casinha e isto basta porque ele subindo para cima [prédio] isto é suficiente para colocar a cama, porque a casa para os brancos é só para dormir, pois a maior parte do tempo vão para outras casas, as empresas, lojas para trabalhar e ganhar a comida, depois voltam para casa, apartamento ou kitinete para dormir. Os índios vivem assim? Não.*

*O índio não sai de uma sala e vai para outra com computador para trabalhar. Ele vai para a floresta, para o rio, vai caçar, precisa da mata para fazer sua roça, não caça em cinco metros quadrados, tem que andar quilômetros e quilômetros para achar os peixes para poder comer e esse é o ritmo de todo dia. Vejam como é diferente. É o que, às vezes, o branco não entende e começa a dizer pra que o índio quer muita terra? Porque eles só pensam na maneira como vivem, em quatinhos fechados com janelas todas gradeadas. Essa comparação é extremamente importante para defender nossos direitos e a Constituição reconhece, mas muitos brancos não querem reconhecer.*

*Mato Grosso está na Amazônia, onde a quantidade de terras indígena é ainda mais significativa, pois já está quase alcançando 22% de todo território da Amazônia e se aproximando de 25% de toda região, ou seja, um quinto de toda a Amazônia Legal é terra Indígena. Esses números são significativos e importantes, sobretudo na Amazônia de maneira particular, nos últimos seis ou sete anos, algumas políticas fizeram avançar a demarcação dessas terras. O PPTAL ajudou, no caso da Amazônia, a elevar esses números e nos últimos dez anos demarcou uma grande porção das Terras Indígenas. Começou com a área Yanomamy, a maior do Brasil, depois a do alto Rio Negro com onze milhões de hectares e outra considerável pelo tamanho é a do vale do Javari com oito milhões de hectares.*

*Todas estas terras foram demarcadas nos últimos dez anos. É importante não esquecer que isso é na Amazônia e não significa que não existam grandes desafios nessa questão, em todo País. Podemos dizer que temos muitos problemas, considerando principalmente as Terras Indígenas que foram demarcadas há mais de vinte anos atrás quando a lógica da demarcação era bem diferente. É o que aconteceu com as Terras Indígenas demarcadas pelo SPI. Neste período, as terras indígenas foram demarcadas numa outra visão, terras pequenas, como no caso das terras da região Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul, por exemplo. A idéia do governo, na época é que os índios estavam diminuindo de população, como dizia o sociólogo Jaguaribe, “até o ano dois mil os índios já seriam exterminados”, Ora, se os índios estavam exterminando, porque demarcar terra para quem está se acabando? Essa era a visão.*

*Só que ao invés de diminuir, os índios estão aumentando muito rápido. Segundo dados oficiais, os índios estão crescendo 7% ao ano em todo País, enquanto que a média de crescimento dos não índios é 2%. Com o crescimento da população indígena, as terras não são mais suficientes, como no Mato Grosso do Sul, Nordeste, Rio Grande do Sul e outras regiões. E assim estão pipocando conflitos por todos os lados, de ponta a ponta no País. A maioria das terras do Amazonas já foram demarcadas conforme a orientação da nova Constituição Federal, de forma que os índios possam continuar procriando e aumentando sua população dentro do seu estilo de vida e cultura.*

*Um fator que deve ser considerado na discussão de demarcação das terras é a estimativa da população daqui a vinte ou trinta anos e não considerar somente o número da população do momento. Não dá para resolver o problema só dos que estão vivos hoje e deixar um enorme problema para as próximas gerações, filhos e netos. Todas as vezes que vamos discutir terra temos que pensar fundamentalmente pra frente. Vamos pensar que exista algum avanço na demarcação e legalização de terra, mas ainda existem algumas discussões que são fundamentais.*

*Primeiro é que as Terras Indígenas precisam dar condições de vida para a população indígena. E hoje se fala muito em gestão territorial. Eu acho que é o maior desafio que nós temos. É preciso começar a pensar nisto, o que é gestão territorial? De maneira bem simples é como a gente vai organizar nossa vida dentro da Terra Indígena, qual vai ser nossa política, como vai ser nossa sobrevivência. Isto é gestão territorial e não pegar e lotear a terra, isto é coisa de branco.*

*Se a gente resolve cortar toda madeira de nossas terras, vender e ganhar dinheiro, isto vai ser um problema, porque no momento em que se corta madeira e vende, vamos ter um dinheirinho, vamos ficar alegres naquele momento, mas este dinheiro acaba e daí não tem mais madeira para fazer casa, fazer canoa, remo e outras coisas mais. Então como melhorar a vida na Terra Indígena? Como pensar a questão da gestão territorial? É preciso pensar em tudo: saúde, educação, como vai fazer a roça, a pesca, à caça, tudo isso tem que ser levado em consideração. É como organizar a produção.*

*Muitas Terras Indígenas, mesmo estando demarcadas estão invadidas. Hoje existe uma tendência, ao invés de ampliar as terras, estão reduzindo, e isso é uma novidade ruim na gestão atual do governo Lula. Pela primeira vez na história começamos a ter experiências de redução de terras na hora de demarcar. Um outro desafio é como vamos usar a Terra. Ao mesmo tempo em que temos que tirar o necessário para viver, não podemos acabar com os recursos naturais ou deixar que se esgotem. Como a gente pode usufruir os recursos, as riquezas de nossas terras, sem destruir? Existem coisas boas dos brancos que a gente pode utiliza. Por exemplo, muita tecnologia avançada que podem ajudar a gente a encontrar alternativas e soluções, mesmo utilizando os recursos das nossas terras, não deixar que eles se acabem.*

*Temos que estar atentos e não esquecer nossos parentes, muitos não tem absolutamente nada e aí vai discutir o que? Existem comunidades inteiras que estão na beira das estradas, que estão com suas terras invadidas e não tem pra onde ir. Por exemplo, o caso dos Kaingangue no Rio Grande do Sul, a questão das terras reduzidas no Mato Grosso do Sul e Nordeste. É necessário regularizar estas terras e ampliar as que foram demarcadas no passado e hoje são pequenas, não suficientes para o povo sobreviver.*

*Outro grande desafio são os índios ressurgidos, ou índios emergentes. Aquelas comunidades que por razões históricas, foram obrigados ao longo dos anos, dizer que não era índio, para não serem metralhados. Mas com a democratização e o fortalecimento da própria organização indígena, estão começando a se manifestar e dizer que também são índios e querem o direito de suas terras. Eles estão*

*reassumindo sua identidade e merecem ter seus territórios. Ninguém inventou estes índios, eles se calaram para não serem violentados, foram obrigados a ficar no anonimato para não morrer. Agora precisamos pensar neles. Estes povos estão principalmente no Nordeste, porque a invasão territorial pelos portugueses, começou pelo litoral brasileiro. Os primeiros índios a serem violentados foram os que viviam à beira mar e não os da Amazônia.*

*Em termos de grandes problemas e desafios, para ajudar na discussão, aparecem quatro pontos centrais que podem ajudar muito no debate:*

*1. As grandes ameaças ao direito a terra. As emendas constitucionais que estão no Congresso querem tirar esses direito e podem ser aprovadas a qualquer momento. As mais graves são: A transferência da responsabilidade pela demarcação das terras indígenas, passando do Ministério da Justiça/FUNAI, para o Congresso Nacional. Isto seria um desastre, porque todos sabem que lá não funciona nada e os congressistas são anti-índigenas na sua grande maioria. Junto a esta proposta, tem a dos parlamentares de Roraima, especialmente do Mozarildo Cavalcante que propõe limitar as Terras Indígenas por estado. Isto é, somando as Terras Indígenas com as Unidades de Conservação de cada Estado não poderiam ultrapassar 30% do território de cada Estado. Se esta lei for aprovada, muitas terras terão que ser diminuídas.*

*2. Outro desafio é a história das invasões e as negociações para reduzir Terras Indígenas. Nunca se ouviu dizer antes que se negociava Terra Indígena. Hoje este assunto circula em alguns povos. O arrendamento de terra é um péssimo exemplo, pois enquanto uns lutam para adquirir a terra, outros negociam para arrendar e passar para outros? É uma grande contradição, mas existe. Especialmente no Mato Grosso do Sul, os caciques fazem este negócio. O argumento que alguns dizem é que precisam arrendar terra para ter dinheiro. Porque só o fazendeiro ou o arrendatário podem produzir comida? Porque a própria comunidade indígena não trabalha e produz?*

*3. A falta de compromisso e vontade política do atual governo com a regularização de terras. Isto é um problema sério, pois pelo levantamento feito com o apoio do Ministério Público, existem 627 terras indígenas que ainda precisam ser regularizadas e a FUNAI está dizendo que a demarcação está acabando isto demonstra a vontade de não demarcar estas terras. O que está sendo demonstrado é que as autoridades estão querendo mudar o artigo 231 da Constituição Federal, que garante amplo direito aos índios, isto é uma ameaça forte. No momento em que o governo efetivamente quiser discutir para tirar ou eliminar o artigo 231, temos que entrar com uma ação forte, mesmo que seja caso de vida ou morte, não podemos deixar de defender aquilo que é nosso direito.*

4. Outro desafio ainda maior é a questão da negociação do governo com fazendeiros, para comprar terra para os índios. Como ele não quer regularizar as terras está encontrando uma forma de enganar os índios. Pode até ser uma solução, mas não é possível acreditar, porque primeiro o governo não tem dinheiro para comprar terra, para todos os índios que precisam. Segundo é um desrespeito a Constituição, porque ela diz que o direito dos índios deve ser reconhecido, tem que cumprir a obrigação de reconhecer e demarcar as terras indígenas. Deve reconhecer os direitos originais que vem antes da própria criação do estado brasileiro.

Na questão da gestão territorial, os índios do Brasil, especialmente os coordenados pela COIAB, em 2004 se empenharam em tentar construir e elaborar uma proposta junto ao Banco Mundial e ao Ministério do Meio Ambiente, que pudesse trazer apoio financeiro para as comunidades indígenas começarem a trabalhar de forma mais sistemática, mais orgânica esta questão da gestão territorial. A sigla deste programa é GEF, é um fundo para a questão do meio ambiente, vindo do Banco Mundial, que está em construção. Já houve um ano todo de discussão, está na fase de aprovação da pré-proposta, para ir a um debate maior. Esta é uma possibilidade, um caminho e a esperança é que o Brasil inteiro possa participar deste debate e construir em 2006, este projeto. É um programa de financiamento de atividade que tem a ver com a gestão territorial. Além deste, há outras negociações com o Ministério do Meio Ambiente.

Outra coisa que temos que priorizar e cobrar do governo brasileiro é a importância dos 11% das Terras Indígenas no Brasil e os 21% na Amazônia, pois estas terras são riquezas infindáveis, principalmente na questão ambiental. O grande problema é que o governo não investe quase nada por esta quantia de terra. Cada vez que se vai falar da questão ambiental, se refere sempre aos parques de preservação e nem cita as Terras Indígenas. Na verdade os parques significam poucos, diante das terras indígenas em importância ambiental.

O próprio Ministério do Meio Ambiente fez um levantamento das matas e do desmatamento e ficou comprovado que a grande maioria da preservação de matas são as Terras Indígenas. Se estas terras estão prestando um enorme serviço ambiental para o País, porque não ser valorizado, reconhecido e investido nelas? É necessário colocar os governos na parede. É preciso começar a discutir que se os índios estão preservando estas terras, o país e a sociedade devem pagar por isso. Pois são os índios que estão preservando e protegendo os rios, as nascentes, a floresta. O que estão respirando na cidade é graças aos índios, então quem mora na cidade tem que começar a pagar. Se queimar tudo, aí todos morrem. Porque não

*existe mais qualidade de vida. Isto é uma coisa que precisa ser falada para os governos, está na hora de mudar e valorizar os índios.*

*Mas não é só preservar. Os índios precisam encontrar caminhos para melhorar as suas condições de vida. Usar os recursos das terras para melhorar a saúde, educação etc. para isso é preciso pensar políticas públicas sérias, aproveitar o que a sociedade moderna oferece para as pessoas. É uma provocação, mas como é que as fazendas se protegem? Na sua grande maioria são muito bem vigiadas, tem vários jagunços fortemente armados com metralhadoras. E as Terras Indígenas? Acho que no futuro temos que pensar nisto.*

*Se a FUNAI e a polícia federal não dão conta de fiscalizar nosso território, temos que formar nossos guardas, nossos soldados para proteger nossas terras. Porque não, armados? Porque só fazendeiro pode armar vigilância? Se os governos não fizerem, nós temos que fazer a proteção de verdade, de nossas terras. Se a FUNASA não der conta da saúde é preciso invadir, porque só quem sofre e sente na pele a dor, o sofrimento, é suficientemente livre, autônomo para tomar suas decisões, ainda que sejam radicais. Aí não existem leis neste momento, porque quem está sentindo a dor é que tem que fazer. Não estou defendendo esta idéia, mas provocando, porque a FUNAI, as polícias federais, muitas vezes, não cumprem com o seu papel. Cabe aos índios cobrar dos responsáveis e lutar pelos seus direitos, direito de garantir a vida para o futuro de nossos povos.*

## **Questões Fundiárias**

Neste mesmo dia à tarde, os participantes apresentaram as produções vindas das aldeias, conforme roteiro encaminhado às aldeias junto com a carta convite (anexo - organização), descrevendo a situação de suas terras.

As apresentações foram no decorrer do evento sistematizadas pela equipe de apoio e os dados organizados em *quadros*, referente a cada questão conforme segue abaixo.

Estes *quadros* foram utilizados para elaborar um painel contendo tarjas contextualizando questões levantadas; com o intuito de utilizar posteriormente os dados para auxiliar no estabelecimento dos eixos de discussão dos grupos de trabalho.

### Quadro 1

Áreas a serem reconquistadas segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Áreas a serem reconquistadas:</b>
Apiaká	Pedem regularização da TI
Arara	Micro bacia rio encrenca (114.886ha.)
Bakairi	Retomada de área do Xingu
Bororo	Tereza Cristina 50% (da demarcação de Rondon), Jarudore totalmente invadida (4706 há.) dos 100.000 demarcadas por Rondon. Sangradouro a ser demarcada (falta tudo), Tadarimana recuperação do Pontal vendido por Rondon. Perigara, recuperação colônia Sta. Izabel
Chiquitano	Querem demarcação das terras tradicionais (pois somente o Pontal do Encantado está identificado)
Cinta Larga	Caverna morcego fora da TI, área da cabeceira do rio Guariba
Enawene Nawe	Área Adowina (em degradação)
Guató	Luta por uma área a ser regularizada (19.164ha.)
Irantxe (Kanuxi)	Parte do território tradicional - 206.450 hectares
Kayabi	Reconquista Batelão
Karajá	Idem
Mebengokrê	Kaponhinore
Munduruku	Região comum entre povos Kayabi\Apiaká\Munduruku dividida p\rio dos peixes

Myky	Duas áreas tradicionais: Castanhal e Tucunzal
Nambikwara	Conquista parte da caverna morcegal e seus cemitérios tradicionais
Pareci	Querem a recuperação das TI estação Pareci de volta, Uirapuru e Ponte de Pedra, recuperação Formoso
Rikbaktsa	SEM
Tapirapé	Ampliação da TI Urubu Branco na parte leste, próximo a Santa Terezinha e terra devoluta em poder de posseiros.
Terena	Área a ser regularizada de 22.000ha.
Umutina	Reivindicam área tradicional que foi tomada por fazendeiros
Xavante	Só uma parte da terra original está com o povo ,Marãiwatséde não demarcada, demarcação Volta Grande, recuperação da TI São Domingos
Yudja/ Xingu	Suiá, área adjacente ao parque, área tradicional Kalapalo, Jatobá/Ikpeng
Zoró	SEM

## Quadro 2

Sugestões de reconquistas segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Reconquista sugestões</b>
Apiaká	Recuperar área pontal
Arara	Entorno índios isolados (TUPI mostrado da TV nov 2005)

Bakairi	?
Bororo	
Chiquitano	Pedem novos GT
Cinta Larga	Terra sagrada (morcego), área a ser anexada no lado leste da serra morena
Enawene Nawe	Adowina (integral)
Guató	A FUNAI propõe diminuição da área
Irantxe (Kanuxi)	Ocupação permanente na área, complementar ao laudo antropológico que retornou do MJ para a Funai em 17 de junho de 2.004 mais dados de comprovação da ocupação histórica na TI Manoki, através de um laudo ambiental apresentar aos órgãos competentes as irregularidades cometidas pela ocupação dos não-índios na T.I. Manoki, recuperação das áreas degradadas com o plantio de mudas cultivado na T.I Irantxe.
Kayabi	Aguarda a portaria do Ministério da Justiça para demarcação
Karajá	?
Mebengokrê	Pedem formação de GT
Munduruku	?
Myky	Terra tradicional, reavivamento das áreas demarcadas da TI, visita MP,
Nambikwara	reclamam da TI registrada com poucos recursos animais e vegetais
Pareci	pedem novos GT
Rikbaktsa	Preocupação com os índios isolados que correm perigo de extinção
Tapirapé	O povo esta discutindo internamente a formação de GT

Terena	retornar marcar GT de delimitação
Umutina	Sem
Xavante	pedem novos GT
Yudja	
Zoró	SEM

### Quadro 3

Áreas invadidas segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais

<b>Etnia</b>	<b>Áreas invadidas:</b>
Apiaká	Garimpeiro
Arara	Fazendeiro, madeireiro , assentamento Incra ,linhão na área
Bakairi	Não
Bororo	TI Tereza Cristina
Chiquitano	Fazendeiros (11 fazendas dentro da TI)
Cinta Larga	garimpeiro diamante maior do mundo
Enawene Nawe	
Guató	Madeireiro

Irantxe (Kanuxi)	ocupação pecuária \ madeireira\sojicultura
Kayabi	Fazendeiros
Karajá	Idem
Mebengokrê	Madeireiros, posseiros, pescadores, caçadores
Munduruku	Fazendeiros; pescadores
Myky	Fazendeiro
Nambikwara	Madeireiro,palmitreiro,fazendeiro
Pareci	“Parcerias “com o agronegócio, rodovia MT 235 corta a TI,madeireiros,(pedágio estrada)”“.
Rikbaktsa	Defesa da terra
Tapirapé	Pescadores, fazendeiros e posseiros
Terena	por fazendeiro (Nivaldo Cintra)
Umutina	Pescadores
Xavante	Marãiwatséde com Posseiros com apoio da justiça de MT contra o parecer do STF
Xinguanos/Yudja	Madeireiro, pescador, fazendeiro, caçador
Zoró	vila dentro da área da TI

#### Quadro 4

Exploração dos recursos naturais na TI, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Exploração dos recursos naturais</b>
Apiaká	hidrovia, pesca predatória,UHE concedida na área Kayabi , pesca predatória
Arara	estrada,linhão, madeireiro, degradação dos rios no entorno
Bakairi	Não
Bororo	Bacia hidrográfica contaminação agrotóxico,nascentes fora da TI e degradação da mesma, nascente do Corr.Grande
Chiquitano	Trator de esteira desmatando a área
Cinta Larga	garimpeiro,madeira
Enawene Nawe	5PCHs\Nascentes fora TI\Garimpo\madeireiro
Guató	madeireira, fazendeiros,pesca predatória,turismo degradatória, isqueiro
Irantxe (Kanuxi)	Madeira
Kayabi	degradação dos rios, nascente fora da TI, degradação por lavoura e poluição por agrotóxico, poluição por lixo (vila Jarí), construção de UHE no salto Kayabi
Karajá	Idem
Mebengokrê	Madeira, pesca predatória, caça
Munduruku	pesca degradatória
Myky	nascentes fora da TI,degradação da terra tradicional reivindicadas
Nambikwara	Venda de madeira ,a degradação do entorno causa diminuição da caça,pesca e coleta de frutos madeira,palmito,BR364 corta a área

Pareci	poluição vinda da monocultura, diminuição da caça e da pesca, madeira, desflorestamento para monocultura
Rikbaktsa	desmatamento, problema referente à normativa IBAMA que artesanato com recurso animal\mobilização indígena
Tapirapé	Tem direito ao ICMS Ecológico mas nunca foi aplicado;aluguel de pasto,pesca predatória,nascentes fora da TI,Turismo Inadequado
Terena	palmitero, madeireiro
Umutina	pesca degradatória
Xavante	Cerrado destruído, contaminação por agrotóxico vindo das lavouras do entorno, redução caça e pesca, desmatamento para pastagem, dependência de recursos alimentares externos
Xinguanos/Yudja	Madeira, pesca predatória, caça
Zoró	estrada na área da TI, pesca predatória, agrotóxico vindo do entorno, nascentes nas fazendas

### Quadro 5

Tensões e conflitos internos, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Tensões e conflitos internos</b>
Apiaká	entre Apiaká ,Kayabi,Munduruku
Arara	SEM
Bakairi	Sem

Bororo	Meruri conflito com xavantes que estão invadindo seu território.
Chiquitano	Sem
Cinta Larga	Sem
Enawene Nawe	SEM
Guató	SEM
Irantxe (Kanuxi)	Sem
Kayabi	entre Apiaká ,Kayabi,Munduruku
Karajá	Idem
Mebengokrê	conflito com os Terena causado pela FUNAI Cuiabá
Munduruku	entre Apiaká ,Kayabi,Munduruku
Myky	Sem
Nambikwara	venda de madeira por algumas lideranças
Pareci	8 Casamentos com não -índios
Rikbaktsa	Sem
Tapirapé	casamento com brancos que pescam utilizando praticas predatórias na T.I. Tapirapé/Karajá
Terena	Conflitos entre os Terena e Kaiapó incentivado por Chefe de posto FUNAI, Terena e Panará
Umutina	Sem
Xavante	negociação ilícita sobre a terra Volta grande com o governo de MT na gestão atual\ Conflito entre Bororo e Xavante por falta articulação pretendem resolução pacifica (comissão)

Xinguanos/Yudja	SEM
Zoró	SEM

### Quadro 6

Tensões e conflitos externos, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Tensões e conflitos externos</b>
Apiaká	Pressão fazendeiros
Arara	Monocultura montante \redução da área
Bakairi	risco de invasão por agricultores,
Bororo	invasão dos fazendeiros,Perigara,cabeceira córrego Grande
Chiquitano	Manipulação por parte dos fazendeiros para alguns Chiquitano neguem a identidade/Lideranças ameaçadas de morte pelos fazendeiros\região de fronteira com narcotráfico,fazendeiros com apoio político do dep. Riva contra o direito as terras dos Chiquitano
Cinta Larga	madeireiro, garimpo de diamante
Enawene Nawe	Empreendedores entorno PCH
Guató	Madeireiro, ameaças de morte pelos fazendeiros
Irantxe (Kanuxi)	conflito externos com madeireiros e sojicultores
Kayabi	Pressão fazendeiros com propostas de 6.000para desistir da área do Batelão;Problemas fundiário

	semelhante ao dos parentes do Xingu e Teles Pires
Karajá	Idem
Mebengokrê	Desmatamento do entorno da TI por fazendeiros
Munduruku	Pressão fazendeiros ;Problemas fundiário semelhante ao dos parentes do Xingu e Teles Pires
Myky	Fazendeiros e madeireiros
Nambikwara	aliciamento madeireiros índios contra o SIVAM, estímulo de venda da madeira por funcionário da FUNAI,lavoura monocultura,vilas,madeireiros
Pareci	Construção de PCH na área da TI
Rikbaktsa	Garimpeiros, madeireiros e fazendeiros
Tapirapé	posseiros ,invasores, usina álcool entorno, poluição do rio Tapirapé por esgoto urbano
Terena	Madeireiro,Serraria,Fazendeiros, turismo, pecuária, pesca predatória
Umutina	Entorno da área desmatado e ocupado por cana de açúcar, que causa poluição do rio Bugres
Xavante	Destituição de GT por parte da FUNAI, Assas inato por conflito de terra sem esclarecimento , Posseiros atiram nos índios durante as pescas;degradação do patrimônio indígena (retirada de placas de identificação), Poceiros,Construção de Usinas Hidrelétricas, BR 070 corta a TI
Xinguanos/Yudja	Projeto de PCH, monocultura no entorno, desmatamento nas nascentes, poluição dos rios por esgoto
Zoró	madeireiro, garimpo,fazendeiros

## Quadro 7

As conquistas, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>As conquistas</b>
Apiaká	
Arara	Não citou
Bakairi	
Bororo	recuperação da área de 2 fazendas ti Tereza Cristina (Sta. Maria e Zé Pinto) embargo traçado ferro norte
Chiquitano	Sem
Cinta Larga	TI reg. \ retirada parcial dos garimpeiros
Enawene Nawe	regularização TI 742.088ha\UC
Guató	não teve conquista da situação fundiária
Irantxe (Kanuxi)	revitalização cultural/apicultura/produção de mudas/ medicina tradicional
Kayabi	COMPIVA-cooperativa mista dos povos do vale do Arinos
Karajá	
Mebengokrê	Projeto PDPI, Instituto Raoni
Munduruku	Sem
Myky	Área regularizada (47.094 há.), escola, paralisação da exploração madeireira, ampliação roçado
Nambikwara	Associação, vigilância participativa

Pareci	Administração da FUNAI Tangara é um Pareci e tem 6 Pareci trabalhando
Rikbaktsa	Sem
Tapirapé	APOITE-Assoc de Povo e Org Indígena Tapirapé
Terena	Área de 30.000 ha. Regularizados
Umutina	Roça mecanizada para a comunidade
Xavante	Projetos de alternativas econômicas
Xinguanos/Yudja	Demarcação e ocupação da área tradicional Suiá
Zoró	Vigilância interna da TI, regularização da TI, retirada posseiros (350 família)

### Quadro 8

Benefícios, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Benefício</b>
Apiaká	Sem
Arara	Sem
Bakairi	Sem
Bororo	Mostra cultural Genova, visita Levi-Strauss, centro cultural Meruri
Chiquitano	Sem
Cinta Larga	Auto-crítica

Enawene Nawe	UC, TI no entorno
Guató	Aliança com Bororo Perigara
Irantxe (Kanuxi)	Sem
Kayabi	Sem
Karajá	Sem
Mebengokrê	Sem
Munduruku	Sem
Myky	Sem
Nambikwara	Sem
Pareci	Administração da Saúde
Rikbaktsa	Sem
Tapirapé	Terra com muito Pau Brasil
Terena	Não
Umutina	Sem
Xavante	Sem
Xinguanos/Yudja	Sem
Zoró	Sem

### Quadro 9

Parcerias, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Parcerias \ Órgãos públicos</b>
Apiaká	Sem
Arara	Sem
Bakairi	Sem
Bororo	Salesiano, CIMI, FUNAI,
Chiquitano	Sem
Cinta Larga	Sem
Enawene Nawe	OPAN\financiadores internacionais
Guató	Uniselva, Dsei-Cuiabá,
Irantxe (Kanuxi)	FUNAI ,OPAN, PDPI
Kayabi	Missão Anchieta
Karajá	Sem
Mebengokrê	PDPI, Floresta Protegida, apoio de financiadores estrangeiros
Munduruku	Sem
Myky	OPAN, CIMI, FUNAI, \financiadores internacionais
Nambikwara	PDPI

Pareci	Sem
Rikbaktsa	Aliados preparados
Tapirapé	CIMI, FUNAI, entidades internacionais, Irmãzinhas de Jesus
Terena	FUNAI ,
Umutina	Prefeitura de Barra do Bugres, FUNAI, Casa Civil
Xavante	Salesianos
Xinguanos/Yudja	ISA, FUNAI
Zoró	Sem

#### Quadro 10

Sugestões da Agenda 2006, segundo as etnias presentes no encontro para articular o movimento indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais:

<b>Etnia</b>	<b>Agenda 2006</b>
Apiaká	Sem
Arara	Sem
Bakairi	Sem
Bororo	Luta pela Terra (Tereza Cristina e Jarudore);
Chiquitano	Retorno dos GT de Identificação
Cinta Larga	Sem

Enawene Nawe	Sem
Guató	Que o território seja finalmente demarcado
Irantxe (Kanuxi)	Reflorestamento na área degradada, intercâmbio com outras etnias em processo de demarcação, ocupação permanente na T.I. Manoki, ida à Brasília para cobrar aos órgãos competentes exigindo o cumprimento das leis ambientais e a demarcação na T.I. Manoki.
Kayabi	Luta pela Terra, Gabinete fundiária Cba, levar problemas fundiária Brasília
Karajá	Sem
Mebengokrê/ Kayapo	Discussão sobre fiscalização em março
Munduruku	Sem
Myky	ICMS reivindicado município Brasnorte, jogos indígenas, semana dos povos indígenas.
Nambikwara	Troca de conhecimento e experiências entre parentes
Pareci	Sem
Rikbaktsa	fortalecer movimento indígena de MT\Alternativas econômicas\revogação da NI do IBAMA de proibição de comercialização do artesanato com recurso de origem animal
Tapirapé	Desburocratização da carteira indígena
Terena	articulação com outras etnias para questão fundiária, aguarda decisão da FUNAI referente a TI, programa de vigilância
Umutina	

Xavante	retorno dos GT de Identificação, Plano e manejo para as TI e monitoramento, projetos de alternativas para a subsistência, monitoramento e controle das queimadas
Xinguanos/Yudja	Será discutida no dia 1/12 na assembléia da ATIX
Zoró	Sem

## **Documento Final Encaminhado ao Ministério Público Federal**

Chapada dos Guimarães, 25 de novembro de 2005.

Ao Procurador Geral da República em Mato Grosso

Mário Lúcio de Avelar

Nós, povos indígenas do Estado de Mato Grosso, reunidos na Casa de Formação do CIMI, na Chapada dos Guimarães-MT, nos dias 22 a 25 de novembro de 2005 no “Encontro do Movimento Indígena e Questões Fundiárias do Estado de Mato Grosso”, vimos através deste documento, encaminhar as questões problemáticas, levantadas por nós representantes de 23 etnias que muito nos preocupam.

Estamos cansados da demora do governo Brasileiro – FUNAI, Órgão responsável pelas questões de nossos interesses, entre elas a demarcação e a garantia dos nossos territórios indígenas. Não só isso, mas tudo o que envolve os interesses que estão ameaçados.

Apresentamos a seguir as prioridades referentes às áreas a serem reconquistadas, que são terras indígenas tradicionais que ainda estão invadidas, isto é, de posse de não índios:

Irantxe – Manoki: Parte do território tradicional - 206.450 hectares;

Enawene Nawe: reconquista da Área Adowina/Rio Preto;

Arara: área que está à micro bacia Rio Encrenca (114.886ha.);

Cinta Larga: Caverna morcego fora da TI, área da cabeceira do rio Guariba;

Terena: Regularizada de suas Terras;

Guató: Luta pela regularização de sua Terra (19.164ha.);

Bororo: TI. Tereza Cristina 50% (da Terra tradicional demarcada por Rondon).

Jarudore totalmente invadida. Sangradouro falta demarcação da área Volta

Grande. Tadarimana, recuperação do Pontal. Perigara, recuperação da colônia

Sta. Izabel;

Myky: Falta demarcação da área Castanhal/Tucunzal;

Kayabi: Demarcação da área do Batelão;

Apiaká – Criação de GT para a regularização da área do Pontal;  
NambiKwara – Reivindicação de parte da Caverna Morcegal e seus cemitérios tradicionais;  
Bakairi – Reivindicação da área indígena Bakairi do Xingu;  
Chiquitano: Demarcação da Terra Indígena tradicionais (pois somente o Pontal do Encantado está identificado);  
Cinta Larga: Reivindicação da caverna do morcego na cabeceira do rio Guariba;  
Mebengokrê: Reivindicação da área Kaponhinore;  
Pareci: Recuperação da Estação Rondon, Uirapuru, Ponte de Pedra e Formoso;  
Tapirapé: Recuperação de parte da TI Urubu Branco, próximo a Santa Terezinha;  
Umutina: Reivindicam área tradicional que foi tomada por fazendeiros;  
Xavante: Recuperação da TI. São Domingos;  
Xinguanos/Yudja: Recuperação da área adjacente ao Parque, área tradicional Kalapalo, Jatobá/Ikpeng.

Na seqüência apresentamos *a relação de denúncia das invasões* ocorridas em Terras Indígenas:

Apiaká: Garimpeiros;  
Arara: Fazendeiros, madeireiros, linha de energia elétrica e pedágio;  
Bororo: Fazendeiros na TI. Tereza Cristina;  
Chiquitano: Fazendeiros (onze fazendas dentro da TI);  
Cinta Larga: Garimpo de diamante e madeireiros;  
Guató: Madeireiro, turismo e pescadores;  
Irantxe (Manoki): Pecuaristas, madeireiros e sojicultores;  
Mebengokrê: Madeireiros, posseiros, pescadores e caçadores;  
Munduruku: Fazendeiros e pescadores;  
Myky: Fazendeiros;  
NambiKwara: Madeireiros, palmiteiros, fazendeiros e BR 364 que corta a área;  
Pareci: Madeireiros (arrendamento de Terras?)  
Tapirapé: Pescadores, fazendeiros e posseiros;  
Terena: Fazendeiro (Nivaldo Cintra);  
Umutina: Pescadores;  
Xavante: Posseiros e grileiros na TI. Marãiwatséde;  
Xinguanos: Madeireiros, pescadores, fazendeiros e caçadores;

Zoró: Estrada que corta a TI.

*Degradação e Exploração dos recursos naturais*

Apiaká do Pontal: Hidrovia, pesca predatória;

Kayabi/Apiaká: UHE na área e pesca predatória;

Arara: Madeira e degradação dos rios no entorno;

Bororo: Contaminação dos rios por agrotóxicos e nascentes fora da TI.

Chiquitano: Desmatamento na área;

Cinta Larga: Garimpo, madeira e UHE;

Enawene Nawe: Criação de 5PCHs nos rios que perpassam a Terra, garimpo e madeireira fora TI;

Guató: Madeira, pesca predatória e captura de iscas;

Irantxe: Madeireira;

Kayabi: Degradação dos rios e nascente fora da TI, degradação por lavoura e poluição por agrotóxico, poluição por lixo (vila Jarí), construção de UHE no salto Kayabi e madeira;

Karajá: Pesca predatória de peixe;

Mebengokrê: Madeira, pesca predatória e caça;

Munduruku: Pesca predatória;

Myky: Nascentes fora da TI, degradação da terra tradicional que está sendo reivindicada;

Nambikwara: Madeira, garimpo e palmito. Com a degradação do entorno, há diminuição da caça, pesca e coleta de frutos;

Paresi: Poluição e desflorestamento da monocultura, diminuição da caça e da pesca e exploração de madeira;

Tapirapé: Aluguel de pasto e pesca predatória;

Terena: Palmito e madeira;

Umutina: Pesca predatória;

Xavante: Cerrado destruído, contaminação por agrotóxico vindo das lavouras do entorno, redução caça e pesca, desmatamento para pastagem, dependência de recursos alimentares externos;

Xinguanos: Madeira, pesca predatória e caça;

Zoró: Pesca predatória, agrotóxico vindo do entorno e nascentes nas fazendas.

### *Tensões e conflitos externos*

Apiaká: Pressão fazendeiros

Arara: Madeireiros;

Bakairi: Risco de invasão por agricultores;

Bororo: Invasão de fazendeiros na TI. Perigara e na cabeceira do Córrego Grande;

Chiquitano Manipulação de fazendeiros e políticos. Lideranças ameaçadas de morte pelos fazendeiros da região de fronteira com narcotráfico;

Cinta Larga: Madeireiros, garimpeiros de diamante;

Enawene Nawe Empreendedores no entorno com as PCH;

Guató: Madeireiros e ameaças de morte pelos fazendeiros;

Irantxe: Conflitos externos com madeireiros e sojicultores;

Kayabi/Apiaká: Pressão de fazendeiros e políticos;

Karajá: Pescadores;

Mebengokrê: Desmatamento do entorno da TI por fazendeiros;

Munduruku: Pressão de fazendeiros e problemas fundiário;

Myky: Fazendeiros e madeireiros;

Nambikwara: Aliciamento de índios por madeireiros, estímulo de venda da madeira por funcionário da FUNAI, lavoura de monocultura, vilas e madeireiros;

Paresi: Construção de PCH na TI;

Rikbaktsa: Assédio de madeireiros e garimpeiros;

Tapirapé: Posseiros/invasores, usina de álcool no entorno poluindo o rio

Tapirapé; Terena: Madeireiro, serraria, fazendeiros, turismo, pecuária, pesca predatória;

Umutina: Entorno da área desmatada e ocupado por cana de açúcar, que causa poluição do Rio Bugres;

Xavante: Destituição de GT por parte da FUNAI, assassinato por conflito de terra sem esclarecimento, posseiros atiram nos índios durante as pescas; degradação do patrimônio indígena (retirada de placas de identificação), construção de Usinas Hidrelétricas e BR 070 e 258 cortando a TI;

Xinguanos: Projeto de PCH, monocultura no entorno, desmatamento nas nascentes, poluição dos rios por esgoto;

Zoró: Madeireiros garimpeiros e fazendeiros.

Diante do exposto, esperamos que sejam tomadas as providências urgentes e necessárias, para garantir nossa sobrevivência física e cultural.

Atenciosamente,

### **Lista de contatos**

- 1) Alan César Bartloleto, CIMI, (66-35921788, [cesaralleto@hotmail.com](mailto:cesaralleto@hotmail.com))
- 2) Alcides Alves de Arruda, do povo Guató, com endereço na aldeia São Benedito, no município de Barão de Melgaço - MT (65-3345 1924). Rua Barão de Poconé, 504 Poconé, 65- 33452794.
- 3) Alécio Tseredzoti – Xavante, Rua Mundiopé, Pedregal, Cuiabá – 96072069.
- 4) Aloir Pacini, CIMI-MT/ Equipe Volante, 65-36212985; Museu Rondon, UFMT 36158476, [aloirpacini@uol.com.br](mailto:aloirpacini@uol.com.br)
- 5) Ana Paula de Oliveira Lopes – Voluntária do Museu Rondon/Conselho de Educação Escolar Indígena – Email: [anap-lobes@bol.com.br](mailto:anap-lobes@bol.com.br) Telefone: 65 9902 - 0362
- 6) Antônio Calomizoré, do povo Umutina, com endereço na aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres-MT (65-99040958 / 33613482).
- 7) Armando Zumizakae Paresí. Aldeia Bacaval, 78300-000 Tangará da Serra. Rua 20, n. 27 (65-33291872).
- 8) Arnaldo Zunisokae, Tangará da Serra (65-99192558, [halitina@terra.com.br](mailto:halitina@terra.com.br))
- 9) Artema S. Lima, 65-36632384, [artemalima@nead.ufmt.br](mailto:artemalima@nead.ufmt.br)
- 10) Audecir Rodrigues Vela Arara, do povo Arara, com endereço na aldeia Ponte Nova, no município de Aripuanã-MT.
- 11) Augusto Pereira, Formad, [maiteco@gmail.com](mailto:maiteco@gmail.com)
- 12) Aurélio Rodrigues Poche, do povo Chiquitano, com endereço na aldeia Nossa Senhora Aparecida, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.
- 13) Bonifácio Orebewe Wa'adahité, do povo Xavante, com endereço Rua Boa Vista, n. 348, Bairro Toneto, no município de Nova Xavantina-MT (gestor do projeto do PDPI) 66-92234217 [orebewe@yahoo.com.br](mailto:orebewe@yahoo.com.br) .
- 14) Carlos Alves Waihowa, do povo Karajá, solteiro, com endereço na aldeia Hawalora, no município de Santa Terezinha-MT (66-35581379).

- 15) Cícera Chagas da Silva, solteira, com endereço na aldeia Kopenoty, no município de Peixoto de Azevedo-MT (66-35041126).
- 16) Cirênio Reginaldo Francisco, do povo Terena, com endereço na aldeia Kopenoty, no município de Peixoto de Azevedo-MT (66-35041126).
- 17) Creuza Soripa, do povo Umutina, com endereço na aldeia Umutina, Município de Barra do Bugres-MT.
- 18) Daeit Akatan, do povo Cinta Larga, com endereço na aldeia Cachoeirinha, no município de Aripuanã-MT (66-999646594).
- 19) Edilson Kixi Morimã, do povo Apiaká, com endereço na aldeia Mayrob, no município de Juara-MT (66-35563265 / 35564764).
- 20) Edilson Varatan, do povo Zoró, com endereço na aldeia Zawãkej, no município de Rondolandia-MT (69-34247213).
- 21) Edna Monzilar, do povo Umutina, com endereço na aldeia Umutina, no município de Barra dos Bugres-MT.
- 22) Edson de Oliveira Santos, do povo Bakairi, com endereço no Centro de Treinamento da Amim, Cx. Postal: 47, no município de Chapada dos Guimarães-MT (65-33011401) [edsonbakairi@hotmail.com](mailto:edsonbakairi@hotmail.com) / [www.oprimt.org.br](http://www.oprimt.org.br).
- 23) Elias Cixi, do povo Apiaká, com endereço na aldeia Mayrob, no município de Juara-MT (66-35564814).
- 24) Eliel Jorge Rondon, do povo Terena, com endereço na aldeia Kopenoty, no município de Peixoto de Azevedo-MT (66-35041126).
- 25) Eliseu Waduipe Tsipré, do povo Xavante, com endereço na aldeia Nossa Senhora das Graças, no município de Barra do Garças-MT (66-34161342).
- 26) Escraven Sompri, [sompri@pdpi.com.br](mailto:sompri@pdpi.com.br) (92-36441541 / 61-99658040)
- 27) Estevão Bororo Taukane, do povo Bororo, com endereço na aldeia Córrego Grande, no município de Santo Antonio do Leverger-MT, PIN Gomes Carneiro 65-4007637 / Funai Rondon 66-34215959.
- 28) Estevão Tsemitsute Vice cacique de Marawãtsede, Bom Jesus (66-4781200)
- 29) Evandro My'anmo, Aldeia Mundoruk (66-96397422).
- 30) Faustino Leite Tukumã, do povo Kayabi, com endereço na aldeia Tatuí, no município de Juara-MT (66-96062085).
- 31) Felício Fritsch, CIMI-MT / Equipe Volante, 65-36212985  
[feliciofritsch@uol.com.br](mailto:feliciofritsch@uol.com.br)

- 32) Filadelfo de Oliveira Neto, do povo Umutina, com endereço na aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres-MT (65-99545155).
- 33) Francisca Novantino Pinto de Angelo, do povo Paresi, com endereço a Rua Santa Genoveva, Quadra 9, Bloco A4, Apto.302, Residencial Marechal Rondon, bairro Jardim Aeroporto, em Várzea Grande-MT.
- 34) Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé, do povo Tapirapé, com endereço na aldeia Wiriaotãwa, no município de Confresa-MT.
- 35) Isabel Teresa Cristina Taukane, do povo Bakairi, com endereço a Rua D 5, Quadra 64, Casa 20, Bairro Parque Cuiabá, no município de Cuiabá-MT.
- 36) Itagiba Campos Filho, [itagiba@terra.com.br](mailto:itagiba@terra.com.br) (62-36441541 PDPI Manaus, AM.
- 37) Ivanildes F. Santos [carlosabicalil@carlosabicalil.com.br](mailto:carlosabicalil@carlosabicalil.com.br) (65-30281313)
- 38) Ivar Busatto, OPAN 65-33222980 [opan@alternex.com.br](mailto:opan@alternex.com.br)
- 39) Jaukai Myky, do povo Myky, com endereço na aldeia Japuíra, no município de Brasnorte-MT.
- 40) Joel Wahurí, do povo Karajá, com endereço na aldeia Itxalá, no município de Santa Terezinha-MT (66-35581381).
- 41) Jonado Sabanê, do povo Nambikuara, com endereço na aldeia Aroeira, no município de Comodoro-MT
- 42) Jonia Fank, OPAN / FORMAD (65-33240893) [formad@terra.com.br](mailto:formad@terra.com.br)
- 43) José arimatéia da Aldeia Marãiwatsede, de Bom Jesus (66-4781200)
- 44) Josias Terena, Aripuanã (66-5651038)
- 45) Josiléia Nairu Rondon, do povo Bakairi, com endereço na rua São Benedito, nº 474, Bairro da Lixeira, Cuiabá-MT (65-99145924).
- 46) Josimar Xawapare'ymi Tapirapé, do povo Tapirapé, com endereço na aldeia Tapi'itãwa, no município de Confresa-MT (66-99018046).
- 47) Juarez Paimy Rikbaktsa, do povo Rikbaktsa, com endereço na aldeia da Curva, no município de Brasnorte-MT.
- 48) Jurandir Mabulewe Karajá, do povo Karajá, com endereço na aldeia Macaúba, no município de Santa Terezinha-MT (66-35581326).
- 49) Jurenilda Ramos Parava, brasileira, do povo Chiquitano, solteira, maior, portadora do CPF. 009.367.611-56 e do RG.1466774-6 /SSP/MT, com endereço na aldeia Acorizal, no município de Porto Esperidião-MT.
- 50) Kátia Silene Zorthêa – OPAN – Av Ipiranga, 97, Goiabeiras, Cuiabá, MT – [wemkat@uol.com.br](mailto:wemkat@uol.com.br) , fone 65 – 3322 – 2980

- 51) Laucino Costa Leite Mendes, do povo Chiquitano, com endereço na aldeia Acorizal, município de Porto Esperidião-MT, 65-96028157; recado 6239752
- 52) Loike Kalapalo, do povo Kalapalo, com endereço no Posto Indígena Nambikwara, no município de Comodoro-MT; cep 78310-000 cx postal 112. Chefe de Posto, 69-99065721; 33223247; 65-32831950.
- 53) Lourenço Filho Piroji Bororo, Aldeia Meruri, General Carneiro, MT (66-4007219).
- 54) Lucas Ruri'õ, do povo Xavante, com endereço na aldeia Sangradouro, Município de General Carneiro-MT.
- 55) Luciano Mendes Tamaná, povo Kayabi, Aldeia Tatuí, Juara.
- 56) Luciana Ferraz, UFMT / UFSCAR 65-36631584 [lucianaferraz1@ibest.com.br](mailto:lucianaferraz1@ibest.com.br)
- 57) Lucy Ariabo Calamezore, do povo Umutina, com endereço na Aldeia Umutina, no Município de Barra do Bugres-MT (65-99040958).
- 58) Luís Carlos Okoeréo, do povo Bororo, com endereço na aldeia Tadarimana, no município de Rondonópolis-MT (66-3422 5959).
- 59) Luiz Surubi Chiquitano, Aldeia Fazendinha, Portal do Encantado.
- 60) Manoel Kanunxi, brasileiro, do povo Irantxe, com endereço na aldeia Cravari, no município de Brasnorte-MT.
- 61) Marcos Nambikuara, do povo Nambikwara, com endereço na aldeia Gleba Chefão, no município de Comodoro – MT (65-3283 1950).
- 62) Maria Aparecida Rezende, UNEMAT, Barra do Bugres 66-36643571 [rezende@yahoo.com.br](mailto:rezende@yahoo.com.br).
- 63) Maria Valdenize Saúmu, Munduruku, Juara.
- 64) Mário Bordignon, CIMI-Missão Salesiana, Meruri 66-4007219, [memario@terra.com.br](mailto:memario@terra.com.br)
- 65) Maurício Rodrigues Poche, do povo Chiquitano, com endereço na aldeia Nossa Senhora Aparecida, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.
- 66) Milton Cinta-Larga Aripuanã, (66-5651038)
- 67) Natan Sawentesu Nambikuara, do povo Nambikwara, com endereço na aldeia Central, no município de Comodoro-MT, cx postal 112; 78310-000 (65-96078829).
- 68) Nivaldo Korira'i Tapirapé, do povo Tapirapé, com endereço na aldeia Akara`ytãwa, no município de Confresa-MT, cep 78652-000 (66-35641568).
- 69) Odir Mendes de Arruda, do povo Chiquitano, com endereço na aldeia Acorizal, no municipal de Porto Esperidião-MT.

- 70) Orivaldo Aiépa, do povo Bororo, com endereço na aldeia Córrego Grande, no município de Santo Antonio do Leverger-MT (65-4007637).
- 71) Paimu Muapep Trumai Txucarramãe, do povo Txucarramãe, com endereço na aldeia Kapoto, no município de Colider-MT, [paimutrumai@hotmail.com](mailto:paimutrumai@hotmail.com) 66-3541-2011.
- 72) Paulo Cipassé Xavante, do povo Xavante, com endereço na aldeia Wederã, Terra Indígena Pimentel Barbosa (66-34721061), Município de Canarana-MT, cx. Postal 97 78635-000 –Água Boa (66-34681880) cipasse@[yahoo.com.br](mailto:yahoo.com.br) . 66-99944249.
- 73) Paulo Henrique Martinho Skripi Nambikwara, do povo Rikbaktsa, com endereço na aldeia Palmeira do Norte, no município de Brasnorte-MT.
- 74) Patrick Piro [p.piro2@free.fr](mailto:p.piro2@free.fr)
- 75) Rael Xakoiapari Tapirapé, do povo Tapirapé, com endereço na aldeia Majtyri, no município de Santa Terezinha-MT, [xakoapari@hotmail.com](mailto:xakoapari@hotmail.com) (66-35581379 / 99065511).
- 76) Raimundo Vela Arara, do povo Arara, com endereço na aldeia Três Tombos, no município de Aripuanã-MT (66-5651038).
- 77) Sebastião Moreira, CIMI-MT 65-36212985, [cimimt@terra.com.br](mailto:cimimt@terra.com.br)
- 78) Severiá Maria Idioriê Xavante, do povo Xavante, com endereço na aldeia Wederã Terra Indígena Pimentel Barbosa (66-34721061), Município de Canarana-MT, cx. Postal 97 78635-000 –Água Boa (66-34681880) [idorie@yahoo.com.br](mailto:idorie@yahoo.com.br) . 66-99944249.
- 79) Takaktum Metuktire, do povo Mebengokre, com endereço na aldeia Metutire, no município de Peixoto de Azevedo-MT, [paimutrumai@hotmail.com](mailto:paimutrumai@hotmail.com) 66-3541-2011.
- 80) Terezinha Furtado, 65-36631600, [tereza.furtado@pop.com.br](mailto:tereza.furtado@pop.com.br)
- 81) Tserewhoa Prohope, povo Xavante, Sangradouro (96072069).
- 82) Vicente Tsimhumu Rãirãte, do povo Xavante, com endereço na aldeia Espírito Santo, no município de Campinápolis-MT (Nova Xavantina, 65-99157250).
- 83) Vítor Aurape Peruare, do povo Bakairi, com endereço rua Santa Genoveva, Quadra 9, Bloco A4, Apto.302, Residencial Marechal Rondon, bairro Jardim Aeroporto, em Várzea Grande-MT.

- 84) Wagnã Honezokemae Ângelo de Melo, do povo Paresi, com endereço a Rua Santa Genoveva, Quadra 9, Bloco A4, Apto.302, Residencial Marechal Rondon, Bairro Jardim Aeroporto, no município de Várzea Grande-MT
- 85) Xinuxi Myky, do povo Myky, com endereço na aldeia Japuíra, no município de Brasnorte-MT.
- 86) Xisto Tserenhi'ru Tserenhuimi'rami, do povo Xavante, com endereço na aldeia Nova Esperança, no município de Barra do Garças-MT, vice-presidente da OPRIMT (66-4161342)
- 87) Yabaiwá Juruna, do povo Juruna, com endereço na aldeia Tuba-Tuba, no município de Marcelândia-MT (66-35681271 São José do Xingu / 66-34781948).
- 88) Wayakori Enawene Nawe – Aldeia Matokodakwa – Juína, Sapezal e Comodoro.
- 89) Enawene Nawe – Aldeia Matokodakwa – Juína, Sapezal e Comodoro.
- 90) Enawene Nawe – Aldeia Matokodakwa – Juína, Sapezal e Comodoro.
- 91) Enawene Nawe – Aldeia Matokodakwa – Juína, Sapezal e Comodoro.
- 92) Enawene Nawe – Aldeia Matokodakwa – Juína, Sapezal e Comodoro.
- 93) Miguel – OPAN
- 94) Sérgio - OPAN

## ANEXO II

### ORGANIZAÇÃO

#### **Comissão de Organização e Apoio**

**1 - Organização, mobilização, articulação:** Sebastião/CIMI, Jonia/FORMAD e Edson Bakairi/OPRIMT.

- fazer contatos
- articular as várias comissões

**2 - Passagem, transporte, administração, recursos financeiros e prestação de contas:** Edna Umutina/OPRIMT, Augusto/FORMAD, Maristela/CIMI e Hilda Gonçalves (FUNAI).

- receber o dinheiro,
- contudo, a questão do encaminhamento do orçamento do projeto ao PDPI
- comprar passagem, fazer chegar às aldeias...
- distribuir os custos e exigir notas
- prestação de contas

**3 - Infra-estrutura e Recepção:** Luciana Ferraz, Sérgio e Miguel/OPAN Jucimar e Elias Bakairi/ Estudantes Indígenas-FUNAI.

- ambientação do local do encontro a ser modificado de acordo com os temas tratados.
- adquirir o material didático para subsidiar o evento.
- conferir se o local do encontro e hospedagem estão adequados.
- receber sugestões dos representantes indígenas.
- disponibilizar o data-show.
- viabilizar um computador com impressora no local (Conselho de Educação Escolar Indígena, a/c de Ana Paula Lopes)
- receber os convidados na Rodoviária de Cuiabá e Chapada para receber os que chegam.
- Informar sobre o evento.

**4 - Registrar, documentação:** Ana Paula Lopes, Aloir e Natasha – Museu Rondon, Glória/Taller Indígena, Ivar (OPAN), Mestre Mário (CBFJ).

- registrar as informações apresentadas no evento.
- buscar as informações do grupo de trabalho

**5 - Registro:** José Luiz e Rodrigo.

- Fazer o registro áudio visual com a produção de um DVD sobre o evento.

**6- Comissão de Imprensa:** Sebastião e Vítor Bakairi

**7 - Programação, metodologia:** Kátia/OPAN, Terezinha, Artema, Chiquinha Paresi, Luciana Ferraz e Ana Paula Lopes.

- Elaborar a programação do evento
- Organizar e “conduzir” a metodologia de trabalho
- Auxiliar a elaboração do documento final

**8 - Coordenação dos trabalhos:** Edson Bakairi, Chiquinha, Sebastião/CIMI, Terezinha Furtado, Kátia, Jônia, Maristela, Artema e Filadélfio.

- Coordenar o encontro e propor encaminhamentos.

**9 - Recepção:** estudantes indígenas, Felício; Hilda Gonçalves (FUNAI), Luciana Ferraz e Miguel (OPAN).

- estar na Rodoviária de Cuiabá e Chapada para receber os que chegam.
- ter alguém no FORMAD (Rodrigo) e no CIMI para dar informações aos que procurarem

**10 – Produção do Relatório e Revisão:** Luciana Ferraz, Terezinha, Kátia, Ana Paula, Jônia e Maristela.

- organizar dados e registro
- fazer relatório do encontro

## **Carta convite**

### **Carta convite encaminhada aos povos indígenas no Mato Grosso**

Cuiabá, 29 de agosto de 2005.

Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso

Estimados amigos e amigas, representantes indígenas do Estado de Mato Grosso!

Depois da Semana dos Povos Indígenas deste ano, vimos à necessidade de reforçarmos a nossa articulação para enfrentarmos os grandes desafios que estamos encontrando com o avanço das frentes de expansão sobre as terras indígenas no Mato Grosso.

Nós, entidades indígenas, indigenistas, movimentos de apoio aos povos indígenas e movimentos indígenas em geral, estaremos realizando no período de 22 a 25 de novembro na Chapada dos Guimarães, um encontro de mobilização dos povos indígenas para a defesa dos territórios, de acordo com a legislação.

Esse encontro visa trocar experiências e informações sobre questões bastante concretas: atualizar o quadro de demarcação das Terras Indígenas e dos projetos que as afetam e reforçar o Movimento Indígena.

Para que nosso encontro seja proveitoso é preciso que os representantes tragam informações sobre a situação real de suas terras, dos projetos de governo e dos problemas que atingem atualmente os territórios indígenas. Sugerimos, em anexo, um roteiro de questões que poderão ajudar na coleta dos dados.

Atenciosamente,

---

Comissão de Organização

Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso

Data: 22 a 25 de Novembro de 2005

Local: Casa de Formação do CIMI, Chapada dos Guimarães. Endereço: Rua das Flores, n. 357. Bairro Mirafior, segunda casa da segunda rua à direita, após as piscinas públicas (Contato: 65-33011732).

Contato em Cuiabá: FORMAD: [formad@terra.com.br](mailto:formad@terra.com.br) e 65-33240893 \ CIMI: [cimimt@terra.com.br](mailto:cimimt@terra.com.br) e 65-36212985.

O objetivo do encontro é articular e reforçar o Movimento Indígena do Mato Grosso socializando suas experiências na garantia de suas terras e na promoção dos seus direitos.

Segue um roteiro de questões que poderá auxiliar na coleta de dados e no diagnóstico da situação das Terras Indígenas. É importante que estas questões sejam respondidas pela comunidade, pois os representantes irão socializar os dados e a forma como os dados foram coletados.

Vocês podem trazer fotos, gravações de fita e vídeo dos mais velhos falando sobre a terra de vocês, documentos que comprovem o que vocês estão falando e outros encaminhamentos que acharem bom. Vocês podem desenhar mapas das suas terras indígenas, localizando as aldeias, plantas usadas, caças, locais de conflito, ou seja, mostrar as potencialidades internas e atividades que estão sendo realizadas no entorno. Estes dados também poderão servir para organizarmos um documento atualizado da questão fundiária no Estado.

### **Roteiro/ Questionário**

- 1) Qual a situação do Território Indígena onde você vive e das outras Áreas que pertencem ao seu povo?
  - a. Demarcado?
  - b. Homologado?
  - c. Registrado?
  - d. Espera a criação de um Grupo de Trabalho de Identificação?
  - e. Espera a publicação do relatório de identificação pela FUNAI?
  - f. Está cumprindo o prazo de contraditório?
  - g. Tem contestações? Quais?
  - h. Tem ações na justiça? Quais?
  - i. Aguarda portaria do Ministério da Justiça para demarcação?
  - l. O povo quer recuperar parte da terra que ficou fora da demarcação? Quais?

- 1.1- Qual é o tamanho da Terra Indígena atual?
- 2) Tem Projetos de parceria e/ou arrendamento? Quais?
- 3) Existem invasões na Terra Indígena atualmente?
  - a) Madeireiros
  - b) Posseiros
  - c) Fazendeiros
  - d) Garimpeiros
  - e) Pesca Predatória
  - f) Turismo
- 3.1 – Há grandes projetos que atingem o Território Indígena?
  - a) Hidrovias
  - b) hidrelétricas (grandes e pequenas)
  - c) Ferrovias
  - d) Estradas
  - e) Linhões de transmissão de energia elétrica
  - f) Outros: Quais?
- 4) O que no entorno afeta o Território Indígena?
  - a) Lavouras de soja e algodão com agrotóxicos?
  - b) Hidroelétricas?
  - c) Cidades ou vilas?
  - d) Outros? Quais?
- 5) Quantas aldeias existem no Território Indígena, e quantas pessoas existem em cada aldeia? Quantos do sexo masculino e feminino?
- 6) Que parte do Território é bom para plantio?
  - a) O que vocês plantam?
  - b) O que vocês colhem da natureza sem precisar plantar?
- 7) Há criação de animais para alimentação/venda (gado, porco, galinha, outros)? Quais e quantidade?
  - 7.1 - Quanta terra está sendo usada para a criação de animais?
- 8) Que tipo de animais vocês caçam?
  - a) Em que lugar do Território Indígena encontra-se esses animais?
- 9) Tem notícias de índios sem contato na região?

## Carta aos convidados



**OPRIMT**  
**ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES**  
**INDÍGENAS DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 05.761.729/0001-02**

Cuiabá, 03 de novembro de 2005.

Prezado \_\_\_\_\_

Vimos através desta, convidá-I@ para participar do Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso, a realizar-se nos dias 22 a 25 de novembro de 2005 na Casa de Formação do CIMI localizada na Chapada dos Guimarães.

O encontro tem como objetivo **“articular o Movimento Indígena do Mato Grosso socializando as experiências na garantia e promoção dos direitos constitucionais”**. Convém ressaltar que se trata de um Encontro do Movimento Indígena que pretende afinar o debate sobre o atual contexto da questão fundiária no Estado, através da participação de mais de oitenta representantes indígenas de várias etnias.

Informamos ainda, que por motivos de carência de recursos financeiros, o evento não terá condições de arcar com as despesas referentes a transporte e hospedagem.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos a importância de sua participação no evento e nos despedimos.

Atenciosamente

Sebastião Moreira e Jonia Fank

P/Comissão Organizadora

Contato (65) 3621-2985 e 3324-0893

### Relação dos convidados

Nome	Instituição	E-mail
Arthur Mendes	FUNAI Federal	artur.mendes@funai.gov.br
Maria Helena Fialho	FUNAI Federal	mariahelena@funai.gov.br
Diretoria	Associação Halitina	halitina@terra.com.br
Luis Otávio Pinheiro da Cunha	FUNAI Federal	<a href="mailto:luz.otavio@uol.com.br">luz.otavio@uol.com.br</a> <a href="mailto:luizotavio@funai.gov.br">luizotavio@funai.gov.br</a>
Carlos Márcio V. Barros	Administrador Regional FUNAI MT	OK
Hilda Maria	FUNAI	hildamsg@yahoo.com.br
Mário Lúcio	Procurador MPF MT	OK
Antropóloga Jacira	MPF MT	jacira@prmt.mpf.com.br
Débora Duprá	6ª Câmara	deborah@pgr.mpf.gov.br
	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI)	<a href="mailto:forumdireitosindigenas@grupos.com.br">forumdireitosindigenas@grupos.com.br</a> ; <a href="mailto:cioabdf@terra.com.br">cioabdf@terra.com.br</a>
Eduardo Almeida	Fórum Internacional Povos Indígenas	<a href="mailto:almeidaedu@uol.com.br">almeidaedu@uol.com.br</a> ; indigenaspermanentforum@un.org
Coordenação	Frente Parlamentar	eduardovalverde@camara.gov.br
Prof. João Pacheco	ABA	jpacheco@ism.com.br
José Ângelo Nambikwara	Conselho Distrital de Saúde Indígena	<a href="mailto:txwalikisu@zipmail.com.br">txwalikisu@zipmail.com.br</a>
Coordenação	MST	OK
Nilo D'Ávila	Greenpeace	OK
Rosely Sanches	ISA	OK
Michele Sato	REMTEA	OK
Saulo	CIMI Nacional	OK
Coordenação	GTME	gtme@terra.com.br
Vicente Pohl	FORMAD	<a href="mailto:vjpfase@terra.com.br">vjpfase@terra.com.br</a>
Darci Secchi	UFMT	<a href="mailto:darschi@cpd.ufmt.br">darschi@cpd.ufmt.br</a>
Elias R. Januário	UNEMAT	<a href="mailto:eliasrsj@terra.com.br">eliasrsj@terra.com.br</a>
Solange Ikeda	UNEMAT	OK
Kleber Gesteira Matos	MEC	<a href="mailto:klebermatos@mec.gov.br">klebermatos@mec.gov.br</a>
Dep. Carlos Abicalill	Deputado Federal	OK

Eskrevam Sompré	PDPI	sompre@pdpi.com.
Itagiba Campos	DFID/PDPI	OK
Gersen Baniwa	PDPI	gersem@terra.com.br
Associação Halitinã	Diretoria	OK

### Lista dos Responsáveis pelos Contatos

Número	Povo	Cidade	Contato
2	Enawene Nawe	Brasnorte x Cuiabá x Brasnorte	OPAN
2	Myky	Brasnorte x Cuiabá x Brasnorte	OPAN
1	Irantxe	Curva do Brek x Cuiabá x Curva do Brek.	OPAN
4	P.I. Xingu	Canarana x Cuiabá x Canarana	Artema e CEEI – Conselho de Educação Escolar Indígena
2	Bororo	Meruri x Cuiabá x Meruri	CIMI
1	Bororo	Rondonópolis x Cuiabá x Rondonópolis	CIMI e CEEI
2	Xavante (Marãiwatséde)	Alô Brasil x Cuiabá x Alô Brasil	CIMI
1	Xavante	Canarana x Cuiabá x Canarana	CEEI -Severιά
1	Kaiapó	Colider x Cuiabá x Colider	CEEI
2	Chiquitano	Port. Esperidião x Cuiabá x Porto Esperidião	CIMI
1	Pareci	Marilandia x Cuiabá x Marilandia	Sinval e Chiquinha
1	Pareci	Tangará x Cuiabá x Tangará	Chiquinha e Sinval
1	Pareci	Campo Novo x Cuiabá x Campo Novo	Chiquinha e Sinval
1	Pareci	Sapezal x Cuiabá x Sapezal	Chiquinha
1	Umutina	Barra do Bugres x Cuiabá x Barra...	CEEI

1	Rikbaktsa	Juína x Cuiabá x Juína	CIMI e CEEI
1	Rikbaktsa	Cotriguaçu x Cuiabá x Cotriguaçu	CIMI
2	Kayabi	Juara x Cuiabá x Juara	CEEI e CIMI
1	Tapirapé	Confresa x Cuiabá x Confresa	CIMI e CEEI
2	Karajá	Santa Terezinha x Cuiabá x Sta.	CIMI e CEEI
1	Karajá	S. Felix x Cuiabá x S. F. A	CIMI e CEEI
2	Nambikwara	Camp. N. dos Pareci x Cuiabá x Camp.	OPAN
2	Nambikwara	Comodoro x Cuiabá x Comodoro	CIMI e CEEI
2	Guató	Poconé x Cuiabá x Poconé	CIMI
1	Zoró	Rondolândia x Cuiabá x Rondolân.	CEEI
2	Suruí	Rondolândia x Cuiabá x Rondolân...	CIMI
1	Cinta-Larga	Juína x Cuiabá x Juína	CIMI
2	Cinta –Larga	Aripuanã x Cuiabá x Aripuanã	CEEI
1	Arara	Aripuanã x Cuiabá x Aripuanã	CIMI e CEEI
1	Bakairi	Santana x Cuiabá x Santana	Edson
2	Apiaká	Juara x Cuiabá x Juara	CIMI
1	Munduruku	Juara x Cuiabá x Juara/Guarantã	CIMI
2	Panará	Peixoto de Azevedo x Cuiabá x Peixoto	Edson
1	Terena	Peixoto Azevedo x Cuiabá x Peixoto	CEEI
1	Terena	Aripuanã x Cuiabá x Aripuanã	CIMI

## 2ª Carta convite encaminhada aos participantes



**OPRIMT**

**ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES  
INDÍGENAS DE MATO GROSSO  
CNPJ: 05.761.729/0001-02**

---

Cuiabá 04 de novembro de 2005

Prezad@s amig@s,

Vimos reforçar o convite enviado anteriormente, para que o seu povo esteja presente e representado no “**Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso**” a realizar-se nos dias 22 a 25 de novembro na Casa de Formação do CIMI na Chapada dos Guimarães.

Lembramos que a reunião do **Conselho de Educação Escolar Indígena** realiza-se no mesmo local nos dias 19 a 21 de novembro antecedendo o “**Encontro do Movimento Indígena de Mato Grosso**” e os conselheiros educadores estão convidados a participar dos dois eventos.

Nossa idéia inicial previa um número maior de representantes, mas foi necessário diminuir este número devido aos cortes financeiros. Assim, refizemos os cálculos e a listagem dos participantes cabendo as comunidades escolher seus representantes observando o número de vagas.

Pedimos que nos confirmem a participação no encontro. Podem ligar ou escrever para o FORMAD fone: (014 65) 3324.0893 <formad@terra.com.br>, para o CIMI Fone: (014 65) 3621.2985 <cimimt@terra.com.br>; para OPAN (01465) 3322-2980 <[opan@terra.com.br](mailto:opan@terra.com.br)> ou para o Conselho Estadual de Educação Indígena <[ceeimt@yahoo.com.br](mailto:ceeimt@yahoo.com.br)>.

OBS: É importante e com urgência, a confirmação dos participantes, pois só assim as passagens serão autorizadas para serem retiradas na agência ou rodoviária do local de origem. Lembrando que junto com a confirmação necessitamos do nome e o número do RG, CPF ou outro documento.

Com nosso abraço.

Sebastião Moreira e Jônia Fank

P/Comissão Organizadora

### Relação dos Conselheiros e Convidados

Para a Reunião do Conselho de Educação Escolar Indígena – CEEI - MT

Representantes Indígenas:

Nº	Etnia	Município	Nome
1	karajá	Luciara	1- Josimar Xawapareymi Tapirapé
			2- Célio kaivinã karajá
2	Bakairi	Paranatinga	3- Paulo kavopi
			4- Durval Bakairi
3	Umutina	Barra do Bugres	5- Filadelfo Oliveira Neto
4	Rikbaktsa	Juína	6- Paulo Rikbaktsa
			7- Juarez Rikbaktsa
5	Nambikwara	Comodoro	8- Jonado Sabane
			9- Carlos Kitaulu
6	Bororo	Rondonópolis	10- Luis Carlos Bororo
		Rondonópolis	11- Estevão Bororo
7	Zoró	Rondolândia	12- Fernando Zoró
8	Xavante	Campinápolis	13- Vicente Tsimirihu Rai'rate
		Barra do Garças	14- Eliseu Wadwipi Taipé
		Canarana	15- Sipasé Xavante
		Primavera	16- Lucas Ruri'Ô
9	Tapirapé	Santa Terezinha	17- Rael Tapirapé
			18- Nivaldo Tapirapé
10	Xingu	Canarana	19- Makaulaka
			20- Korotowi
			21- Aturi kayabi
11	Paresi	Tangará da Serra	22- Salomão Paresi
12	Irantxe	Brasnorte	23- Maria Hilda Tipjusi
13	Arara	Aripuanã	24- Audeci Vela Arara
14	Chiquitano	Porto Esperidião	25- Lucindo Mendes

			26- Jurenilda Chiquitano
15	Terena	Peixoto de Azevedo	27- Cícera Terena.
16	Kaiapó/Mebe ngokrê	Colider	28 - Paimú
17	Cinta Larga	Aripuanã	29 – Dait Cinta larga (Japão)
18	Apiaká	Juara	30 – José Maria Crixí

Representantes das organizações governamentais e não-governamentais

<b>Instituição</b>	<b>Representante</b>
OPAN	31 -Kátia Silene Zorthêa
FUNAI	32 - Maria Helena Fialho
MEC	33 - Kleber Mattos
UFMT	34 –
CIMI	35 - Maristela Torres
UNEMAT	36 - Elias Januário
ISA	37 - Maria Cristina Troncarelli (Bimba)
CASA CIVIL -	38 - Valéria Cardoso
SEDUC	39 - Sebastião Ferreira
UNDIME	40 -
CEE	41 -

**Roteiro para Avaliação do Evento**

Sobre os temas abordados no encontro:

Os temas abordados atingiram as suas expectativas?

A sua etnia no momento da apresentação sentiu-se prejudicada?

A ausência de autoridades que decidem as demandas dos problemas expostos prejudicou a sua etnia?

Sobre a infra-estrutura do evento:

O material oferecido pela organização foi suficiente para o seu grupo?

O local escolhido pela organização para realização do evento foi adequado?

O cardápio (alimentação) oferecido pelo evento foi adequado?

( ) Sim, Por quê ? \_\_\_\_\_

( ) Não, Por quê ? \_\_\_\_\_

4) Dê a sua sugestão para o próximo encontro?

## **ANEXO III**

### **ENCAMINHAMENTOS**

#### **Carta do Povo Terena**

Chapada dos Guimarães, 22 de novembro de 2.005.

#### **CARTA REVINDICATÓRIA DA COMUNIDADE TERENA PARA A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TERENA GLEBA IRIRI.**

#### **Ao Presidente da Funai, Sr. Mércio Gomes**

A comunidade Terena/MT, que desde 1982 está sem área de moradia sem nenhuma condição de manutenção de seus costumes e tradições, perambulando há vinte anos de um lado para o outro na região do Centro Oeste do Estado do Mato Grosso. Hoje se encontra em Peixoto de Azevedo as margens da MT 322, desde 2002 aguardando a regularização da área indígena prometida pela Funai e o Incra.

Várias vezes fomos a Brasília e não fomos atendidos pelo senhor presidente da Funai. Em virtude de ação dos madeireiros, palmiteiros e fazendeiros, houve um atrito na região e nos expulsaram as custas de ameaças, roubaram duas caminhonetes, um trator volmet, várias armas de caças, roupas e alimentos.

Solicitamos ao sr. Presidente uma aceleração no processo de demarcação definido pelo nosso povo Terena da Terra Indígena Gleba Iriri. As lideranças indígenas presentes no encontro sobre a Questão Fundiária em Mato Grosso entre os dias 22 à 25 de novembro de 2005 em Chapada dos Guimarães ficaram solidários com a nossa luta e estão apoiando a reivindicação pela Terra Indígena Gleba Iriri.

Atenciosamente,

*Comunidade Terena.*

#### **Carta do Povo Chiquitano**

Estado de Mato Grosso

Escola Estadual Indígena Chiquitano

Terra Indígena Portal do Encantado

Ofício n. 04/2005

24 de novembro de 2005

Senhor Administrador da Funai de Cuiabá,

Sabemos que o senhor é um lutador pelas causas indígenas e que sempre está atendendo as comunidades indígenas. Por isso, solicitamos à Vossa Senhoria, curso de Corte e costura, crochê, bordado e tricô, para ser desenvolvido pela Escola Chiquitana com os jovens e adolescentes. Temos o objetivo de valorizar os interesses de nossos alunos em ampliar seus conhecimentos, o que fortalecerá nossa luta enquanto povo Chiquitano.

Desde já agradecemos seu apoio, atenciosamente,

---

Diretor: Laucino Costa Leite Mendes

Cacique: Odir Mendes de Arruda

---

Prof. Jurenilda Ramos Paraua

Vice-cacique: Luiz Surubi

### **Carta de Apoio ao povo Guató**

Chapada dos Guimarães, 23 de novembro de 2005.

Nós, povos indígenas do Mato Grosso, viemos através deste documento mostrar auxílio à causa dos nossos irmãos, os Guató. Existem no município de Barão de Melgaço duas aldeias Guató (comunidades São Benedito e Aterrado) aonde vivem 130 pessoas, numa área total de 19.164 hectares. O povo indígena de Mato Grosso e de todo o Brasil já está cansado de sofrer com a falta de respeito da União para com as áreas indígenas. Aqui apresentamos nossa indignação contra a falta de coerência da Funai que enviou Izanoel, Nádia e Luiz Antônio para propor a diminuição da terra indígena Baía dos Guató, para conseguir a demarcação mais rapidamente. Além disso, o povo Guató está tentando resgatar seus parentes que estão longe da reserva para se fortalecerem porque sofrem diversas ameaças por parte de alguns fazendeiros, como Enio Arruda e Maria Emília Mendonça. Pedimos também o auxílio das autoridades competentes para proteção dos Guató.

Assinatura

Povo - Documento de identificação

## **Projeto – Povo Tapirapé**

### AQUISIÇÃO DE UM MICRO COMPUTADOR COMPLETO

Aldeia Akara'ytãwa, 2006

*Conteúdo excluído, mas importante constar que foi encaminhado.*

## **Carta de Laucino Chiquitano**

Senhores Parentes,

Vou relatar o meu conhecimento, como me lembro do meu crescimento.

No ano de 1985, quando comecei a estudar, vim analisando que o meu povo Chiquitano já vinha sofrendo, há muito tempo. Eu via o que estava acontecendo, mas eu era tão pequeno.

O povo Chiquitano naquela região era conhecido e chamado pelo nome de *bugre* ou *fronteiriço*, pessoas que só serviam para ser mão-de-obra. Neste mesmo ano passei a ser um “escravo”, sofri igualzinho aos que o meu povo estava sofrendo. Pois as duas aldeias que hoje existem eram muito fortes, resistentes em permanecer naquele lugar. Guardava em meu pensamento que, a qualquer momento, poderia ser convocado a trabalhar de 1 a 5 ou talvez até 10 dias sem ganhar um tostão, somente um prato de comida, ainda às vezes requentado.

As duas aldeias ficavam dentro de uma área que pertence à União, mas que o Exército Militar cuidava, onde construiu um quartel militar composto por 15 casas militares. Essa construção aconteceu com a mão de obra dos Chiquitano, no ano de 1940. Sendo assim, o povo Chiquitano não podia dizer sua etnia, pois eram proibidos de falar na sua língua. Então, por isso, nos dias de hoje só os mais velhos falam na língua materna. Tinham medo de apresentar sua realidade indígena. Então não eram assistidos nem visto. Sendo assim, a área que o povo Chiquitano sabia que era sua, estava sendo invadida por estranhos. Os militares que permaneciam no quartel diziam que o Exército só podia cuidar de 5.600 hectares. O resto era dos outros, e dizia para as pessoas que moravam dentro da área, que seus filhos que casassem não podiam construir casa separada, deveriam morar com seus pais. Proibia também de fazer roça grande. Por causa disso tudo, hoje tem pessoas vivendo fora da aldeia. Isso foi causado primeiro pelos militares, segundo pelos posseiros que invadiram a área dos Chiquitano.

Ainda mais, os militares do Exército brasileiro chegou longe, além de esvaziar os indígenas, começou a cobrar imposto de moradia, e do que estava criando gado, quem possuía gado, pagava mais caro o imposto.

Chegou a esse ponto: não tínhamos saída, a quem correr.

O Coronel que estava no comando do quartel no ano de 2001 fez um contrato que dava tempo de 6 meses para os índios desocuparem a área. Nesse ano os indígenas procuraram o Senhor Diner que propôs nos ajudar. Sendo assim, pediu que cada índio tinha que dar 10 reais para poder pagar um advogado que pudesse entrar com processo na justiça. Sendo assim, o processo chegou até na Funai. A Funai já sabia do povo Chiquitano, mas não procurava regularizar a área.

Só assim a Funai entrou com uma equipe com antropólogo para fazer o estudo na área. Todo o estudo feito foi comprovado que ali é de fato do povo que ali está vivendo. Tudo daí passou a ser diferente com o povo Chiquitano. Muitos moradores resistiram, uns mudaram por pressões de ameaças vindas de fazendeiros. O município abandonou a saúde e educação a partir da entrada da Funai. A saúde, educação, e outros, tudo ficou sendo esquecido pelos responsáveis de Porto Esperidião.

Antes eu trabalhava na escola municipal na fazenda São Pedro. Falou para o fazendeiro que ali era terra indígena e o fazendeiro vendeu logo a fazenda São Pedro e demitiu todos os funcionários. Trocou o nome da fazenda para Silmar, onde existe a comunidade Vila Nova. No ano de 2002, eu, Laucino, fui contratado para dar aula na escola municipal dentro da comunidade Chiquitana Acorizal. Colocando um Chiquitano na escola queriam provar que os Chiquitano não serviam para nada e fracassar a escola. Tudo foi fechado, as portas, para dar assistência na escola. O material didático que vem é de péssima qualidade. Neste mesmo ano fui convidado para representar o povo Chiquitano na 2ª Conferência de saúde, em Cuiabá, e joguei tudo o que estava acontecendo. A partir daí os parentes começaram a saber que existia o povo Chiquitano.

Mesmo sendo assistido pela Funai, Funasa e Seduc, ainda falta um grande compromisso com o povo Chiquitano: a demarcação da Terra Indígena Portal do Encantado localizada no município de Porto Esperidião e a Terra Indígena Aparecida no município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Laucino Costa Leite Mendes (Chiquitano)

## **Carta do Povo Terena – 2**

Cuiabá, 22 de novembro de 2005.

### Carta Revindicatória da Comunidade Terena para a Demarcação Da Terra Indígena Terena Gleba Iriri.

#### **Ao Procurador da República, Dr. Mário Lúcio.**

A comunidade Terena/MT, que desde 1982 está sem área de moradia sem nenhuma condição de manutenção de seus costumes e tradições, perambulando há vinte anos de um lado para o outro na região do Centro Oeste Estado do Mato Grosso. Hoje se encontra em Peixoto de Azevedo às margens da rodovia MT 322, desde 2002, aguardando a regularização da área indígena prometida pela Funai e o Incra.

Várias vezes fomos a Brasília e não fomos atendidos nem mesmo pelo presidente da Funai. Em virtude de ação dos madeireiros, palmiteiros e fazendeiros, houve um atrito na região e nos expulsaram as custas de ameaças, roubaram duas caminhonetes, um trator volmet, várias armas de caças, roupas e alimentos.

**Solicitamos ao Procurador da República de MT garantir o nosso direito em habitar a Terra Indígena Gleba Iriri e garantir a nossa sobrevivência.**

As lideranças indígenas, presentes no encontro sobre a Questão Fundiária em Mato Grosso, entre os dias 22 à 25 de novembro de 2005 ficaram solidários com a nossa luta e estão apoiando a reivindicação pela Terra Indígena Gleba Iriri.

Atenciosamente,

**Comunidade Terena**

## **Carta do Povo Bororo – T.I. Tadarimana**

Aldeia Tadarimana 25 de novembro de 2005

### **PETIÇÃO**

**DO POVO BORORO DA TERRA INDÍGENA TADARIMANA.**

**PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.**

**PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**DR. MÁRIO LUCIO AVELAR – CUIABÁ – MT.**

Solicitamos de Vossa Senhoria **Reintegração de Posse** de uma área denominada **Pontal** com extensão aproximadamente 400 (quatrocentos) hectares. Esta área pertencia à nossa Terra Indígena Tadarimana e foi vendida pelo Marechal Rondon para um amigo dele. Ela está situada entre a barra do Córrego Jorigue e o rio Vermelho, município de Rondonópolis – MT.

Por ser uma área próxima à sede de seu município ela é constantemente invadida por pescadores, madeireiros e posseiros.

Apenas uma linha seca separa a Pontal da Terra Indígena Tadarimana, que também não tem sido respeitada por esses respectivos invasores. Solicitamos que se tome medida legal o mais breve possível e que esta terra seja devolvida aos seus legítimos donos: Bororo da Terra Indígena Tadarimana.

Assim, esperamos que esse pedido seja atendido, uma vez que o povo Boe-Bororo tem sofrido inúmeras injustiças, por isso, estamos esperando uma solução favorável a nós. Desde já agradecemos a atenção antecipada.

Atenciosamente

A comunidade da Terra Indígena Tadarimana

**MARCIANO TORIRI KIAREU**

Cacique da Aldeia Tadarimana

### **Carta do Povo Yudjá/Parque Indígena do Xingu**

Chapada dos Guimarães, 20 de novembro de 2005

Ao: Sr Sebastião - Gerência de educação indígena do Mato Grosso

Prezado Sebastião,

Conforme manifestação das lideranças na reunião do Conselho de Educação do Baixo e Médio Xingu e carta encaminhada a SEDUC-MT nesta data, venho, em nome da comunidade Yudja solicitar informações quanto ao andamento do pedido da comunidade de transformar a escola indígena Kamadu, da aldeia Tuba Tuba, em escola central, que uniria as escolas indígenas Aribaru e Paksamba, todas em aldeias do Povo Yudja, que atendem a 96 alunos.

Informamos também que a construção do prédio da escola na aldeia Tuba Tuba está parado desde o ano passado. Contamos com seu esforço para que a construção seja concluída ainda este ano.

Atenciosamente,

Yabaiwá Juruna

Professor da escola Kamadu

### **Carta-Denúncia do Povo Karajá**

CARTA DENÚNCIA ANÔNIMA AO PROCURADOR DA REPÚBLICA

ASSUNTO: TRÁFICO DE PEIXE PIRARUCU

EXMO SENHOR PROCURADOR DA REPÚBLICA

Venho através desse documento denunciar o **tráfico do peixe Pirarucu** por um homem casado com uma Karajá que vem abusando do seu poder de genro de um Karajá praticando tráfico do Pirarucu. Esse fato tem preocupado o povo Karajá, pois somos sabedores que esse peixe é um dos que estão em extinção. Isso está ocorrendo na Terra Indígena Tapirapé/Karajá na aldeia Itxalá, município de Santa Terezinha.

Essa carta é anônima porque não quero ser marcado ou ameaçado de morte, mas acredito que o importante é a justiça saber e tomar as decisões cabíveis a este caso.

Agradeço antecipadamente pela atenção.

### **Carta-Pedido do Povo Tapirapé**

**Aldeia Akara'ytāwa, 24 de novembro de 2005.**

Ao coordenador do 3º Grau Indígena, **Elias Januário**,

A sala anexa **Akara'ytāwa** que é vinculada à Escola Indígena Estadual "Tapi'itāwa" no município de Confresa-MT, atende atualmente 40 alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental (multi-seriado). Através desta carta vimos informar a necessidade de um micro-computador, impressora e scanner que tem finalidade de produzir materiais didáticos específicos do povo Tapirapé.

Por isso estamos enviando a você uma cópia do projeto de aquisição do material de informática para que você tome conhecimento da nossa necessidade.

Atenciosamente,

**Nivaldo Korira'í Tapirapé**

(Professor da sala anexa Akara'ytāwa)